



# Anais da Assembléia

Nº 10

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 20 DE MARÇO DE 1989.

ANO XV

3.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 08.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 20 DE MARÇO DE 1989  
SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Srs. Deputados Ferrari Júnior e Pirajá Ferreira.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessutti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acyr Mezzadri, Amélia Hruschka, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Namir Piacentini, Nêvo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está em discussão a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Senhor Presidente, solicito verificação de votação da Ata.

O SR. CÂNDIDO BASTOS - (Pela Ordem) Requeiro a chamada nominal dos Senhores Deputados, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa

deferre e solicita ao Senhor 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Senhores Deputados.

A Mesa solicita às pessoas que não pertençam ao Plenário, que por obséquio também assento na tribuna de honra.

(É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Tendo em vista a assídua presença de grande número de parlamentares, eu retiro a verificação de votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### Ofícios:

Sob o n. 15/89, do Senhor Abrahão Miguel, Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, o qual solicita a remessa, em devolução, do projeto do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado, que se encontra nesta Casa de Leis.

Ofício n. 37/89

Curitiba, 16 de março de 1989.  
Senhor Presidente.

O Deputado Artagão Mattos Leão, na qualidade de Líder da Bancada do PMDB, vem encaminhar a Vossa Excelência, a relação dos membros para comporem as comissões permanentes desta Casa.

Nada mais havendo a tratar, na oportunidade, renova os protestos de estima e apreço.

Atenciosamente,  
(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

COMISSÕES TÉCNICAS 1989.  
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

### Titulares:

ANTÔNIO ANNIBELLI  
CÂNDIDO PACHECO BASTOS  
DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR  
GERNOTE KIRINUS  
HERMAS BRANDÃO  
HOMERO OGUIDO  
JOSÉ AFONSO JÚNIOR  
LAURO LOBO ALCANTARA  
LUIZ CARLOS CAÍTO QUINTANA

### Suplentes:

ACYR MEZZADRI  
AMÉLIA HRUSCHKA  
ARLEIR FERRARI JÚNIOR  
EDUARDO BAGGIO  
JOSÉ FELINTO  
LINDOLFO JÚNIOR  
NESTOR BAPTISTA  
QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA  
SABINO CAMPOS

COMISSÃO DE FINANÇAS

Titulares:	Suplentes:
ACYR MEZZADRI	AMÉLIA HRUSCHKA
CÂNDIDO BASTOS	ANTÔNIO BÂRBARA
HOMERO OGUIDO	DIRCEU MANFRINATO
QUIELSE CRISÓSTOMO	VERA AGIBERT

COMISSÃO DE AGRICULTURA

Titulares:	Suplentes:
DIRCEU MANFRINATO	ANTÔNIO ANNIBELLI
ORLANDO PESSUTI	HOMERO OGUIDO
QUIELSE CRISÓSTOMO	LAURO L. ALCANTARA
SABINO CAMPOS	NILTON BARBOSA

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Titulares:	Suplentes:
ACYR MEZZADRI	IRONDI PUGLIESI
ANTÔNIO BÂRBARA	CAÍTO QUINTANA
HERMAS BRANDÃO	NEIVO BERALDIN
JOSÉ FELINTO	PIRAJÁ FERREIRA

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Titulares:	Suplentes:
ANTÔNIO BÂRBARA	ARTAGÃO M. LEÃO
LINDOLFO JÚNIOR	CÂNDIDO BASTOS
NILTON BARBOSA	HOMERO OGUIDO
PIRAJÁ FERREIRA	LAURO L. ALCANTARA

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Titulares:	Suplentes:
HERMAS BRANDÃO	AMÉLIA HRUSCHKA
JOSÉ FELINTO	CÂNDIDO BASTOS
PIRAJÁ FERREIRA	DJALMA DE A. CÉSAR
VERA AGIBERT	NEIVO BERALDIN

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

Titulares:	Suplentes:
CÂNDIDO BASTOS	FERRARI JÚNIOR
EDUARDO BAGGIO	DJALMA DE A. CÉSAR
LUIZ CAÍTO QUINTANA	NILTON BARBOSA
ORLANDO PESSUTI	VERA AGIBERT

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Titulares:	Suplentes:
AMÉLIA HRUSCHKA	ACYR MEZZADRI
DJALMA DE A. CÉSAR	IRONDI PUGLIESI
LINDOLFO JÚNIOR	LUIZ C. ALBORGHETTI
NESTOR BAPTISTA	NILTON BARBOSA

COMISSÃO DE TERRAS  
IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

Titulares:	Suplentes:
DIRCEU MANFRINATO	FERRARI JÚNIOR
LUIZ CAÍTO QUINTANA	GERNOTE KIRINUS
ORLANDO PESSUTI	LAURO L. ALCANTARA
QUIELSE CRISÓSTOMO	NILTON BARBOSA

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Titulares:	Suplentes:
ANTÔNIO ANNIBELLI	EDUARDO BAGGIO
NILTON BARBOSA	HOMERO OGUIDO
PIRAJÁ FERREIRA	JOSÉ AFONSO JÚNIOR
SABINO CAMPOS	QUIELSE CRISÓSTOMO

COMISSÃO DE TURISMO

Titulares:	Suplentes:
AMÉLIA HRUSCHKA	IRONDI PUGLIESI
HOMERO OGUIDO	JOSÉ AFONSO JÚNIOR
NEIVO BERALDIN	NESTOR BAPTISTA
NILTON BARBOSA	PIRAJÁ FERREIRA

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Titulares:	Suplentes:
AMÉLIA HRUSCHKA	FERRARI JÚNIOR
IRONDI PUGLIESI	GERNOTE KIRINUS
LAURO L. ALCANTARA	HERMAS BRANDÃO
LUIZ CAÍTO QUINTANA	LINDOLFO JÚNIOR

COMISSÃO ESPECIAL DE  
REFORMA À CONSTITUIÇÃO

Titulares:	Suplentes:
DJALMA DE A. CÉSAR	AMÉLIA HRUSCHKA
HERMAS BRANDÃO	ANTÔNIO ANNIBELLI
LUIZ CAÍTO QUINTANA	GERNOTE KIRINUS

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Titulares:	Suplentes:
ANTÔNIO ANNIBELLI	ACYR MEZZADRI
GERNOTE KIRINUS	EDUARDO BAGGIO
LUIZ CAÍTO QUINTANA	PIRAJÁ FERREIRA
NESTOR BAPTISTA	QUIELSE CRISÓSTOMO

COMISSÃO DE ECOLOGIA E

## MEIO AMBIENTE

MENSAGEM N 34/89

Curitiba, 14 de março de 1989.

Senhor Presidente.

**Titulares:** GERNOTE KIRINUS  
LINDOLFO JÚNIOR  
QUIELSE CRISÓSTOMO  
SABINO CAMPOS

**Suplentes:** ANTONIO ANNIBELLI  
FERRARI JÚNIOR  
DJALMA DE A. CÉSAR  
ORLANDO PESSUTI

## COMISSÃO DE DEFESA AO CONSUMIDOR

**Titulares:** IRONDI PUGLIESI  
LINDOLFO JÚNIOR  
LUIZ C. ALBORGHETTI  
NEIVO BERALDIN

**Suplentes:** ANTONIO BÁRBARA  
DIRCEU MANFRINATO  
JOSÉ AFONSO JÚNIOR  
LAURO L. ALCANTARA

## COMISSÃO DE SEGURANÇA

**Titulares:** DIRCEU MANFRINATO  
EDUARDO BAGGIO  
LUIZ C. ALBORGHETTI  
NILTON BARBOSA

**Suplentes:** FERRARI JÚNIOR  
HERMAS BRANDÃO  
LUIZ CAÍTO QUINTANA  
NESTOR BAPTISTA

## COMISSÃO DE SAÚDE

**Titulares:** AMÉLIA HRUSCHKA  
JOSÉ FELINTO  
LAURO L. ALCANTARA  
ORLANDO PESSUTI

**Suplentes:** CÂNDIDO BASTOS  
IRONDI PUGLIESI  
LINDOLFO JÚNIOR  
NEIVO BERALDIN

## COMISSÃO DE CULTURA E ESPORTES

**Titulares:** ACYR MEZZADRI  
DJALMA DE A. CÉSAR  
LAURO L. ALCANTARA  
NESTOR BAPTISTA

**Suplentes:** EDUARDO BAGGIO  
JOSÉ FELINTO  
LINDOLFO JÚNIOR  
PIRAJÁ FERREIRA

## COMISSÃO DE DIREITOS DA MULHER

**Titulares:** AMÉLIA HRUSCHKA  
IRONDI PUGLIESI  
LAURO L. ALCANTARA  
VERA AGIBERT

**Suplentes:** ANTONIO ANNIBELLI  
EDUARDO BAGGIO  
ACYR MEZZADRI  
PIRAJÁ FERREIRA

## COMISSÃO DE REIVINDICAÇÕES POPULARES

**Titulares:** ANTONIO BÁRBARA  
CÂNDIDO BASTOS  
JOSÉ AFONSO JR.  
LUIZ CAÍTO QUINTANA

**Suplentes:** ARTAGÃO M. LEÃO  
JOSÉ FELINTO  
NEIVO BERALDIN  
VERA AGIBERT

Mensagens:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei complementar que introduz alterações no valor da gratificação percebida pelos vogais e representantes da Secretaria da Fazenda junto ao Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais do Paraná, modificando o percentual de que tratam o artigo 5º e § 2º do artigo 10 da Lei Complementar n. 1, de 02 de agosto de 1972.

Tal alteração se faz necessária, tendo em vista o valor irrisório percebido pelos vogais integrantes do Colegiado que, no mês de dezembro último, correspondeu a NCz\$ 5,00 por sessão, equivalente a um total no mês de NCz\$ 75,00, e isto se fossem realizadas as quinze sessões mensais remuneradas permitidas pela lei em questão.

O Conselho de Contribuintes se constitui em um colegiado de composição paritária cujo corpo deliberativo é integrado por 12 (doze) vogais e respectivos suplentes, sendo 6 (seis) do poder público e 6 (seis) da iniciativa privada, representantes das Federações das Indústrias, Comércio, Comércio Varejista e Agricultura, Associação Comercial e organização das Cooperativas do Estado do Paraná e 6 (seis) representantes da Secretaria da Fazenda que funcionam como defensores do fisco.

Com a atual remuneração mensal as próprias entidades representativas dos contribuintes têm encontrado dificuldades em conseguir profissionais qualificados, advogados tributaristas e financistas, para representá-las junto ao colegiado, já que é requisito dos integrantes o notável conhecimento em matéria jurídico-tributária e financeira.

Cabe o esclarecimento de que o Conselho de Contribuintes recebe e julga, por meio de relatório e voto fundamentado por escrito, em média, mais de 1.500 (um mil e quinhentos) processos anuais, cujos acórdãos são publicados no Diário Oficial do Estado, referentes ao lançamento e cobrança dos Tributos Estaduais, sejam impostos, a saber: Imposto sobre Operações Relativas a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis e Direitos a eles Relativos (ITBI), Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), todas as taxas e contribuição de melhoria.

É órgão fazendário da maior importância que, com a participação dos contribuintes, julga em Segunda Instância Administrativa, fazendo a revisão de todos os lançamentos de tributos na competência impositiva do Estado.

A importância do órgão será em muito ampliada a partir da vigência do novo Sistema Tributário Nacional, em março do corrente ano, com a implantação dos novos tributos estaduais, cabendo-lhe estabelecer, como fruto da discussão fisco-contribuinte, a jurisprudência administrativa acerca das inúmeras controvérsias que, sem a menor dúvida, serão suscitadas.

Em tal fase são da maior importância as decisões do Colegiado sobre impostos cujo perfil é absolutamente desconhecido como é o caso do Adicional do Imposto de Renda Estadual, do novo imposto de Transmissão de Bens e Direitos e do próprio ICMS, com nova feição, pois teve sua base ampliada abrangendo energia elétrica, combustíveis, minerais e serviços de transporte e comunicação, que se constituíam anteriormente em impostos da União Federal. Esta tarefa, sem dúvida, só pode ser atribuída a profissionais qualificados sob pena de serem fixados entendimentos distorcidos com prejuízo incalculável, tanto ao fisco como aos contribuintes.

Com a alteração ora proposta a gratificação por sessão passará para NCz\$ 32,40 (trinta e dois e cruzados novos e quarenta centavos) propiciando um total mensal de até NCz\$ 486,00 (quatrocentos e oitenta e seis cruzados novos), se for realizado o número máximo de sessões, seja 15 (quinze), o que, no caso, é perfeitamente justificável e razoável, quando se conhece o trabalho que vem sendo prestado à comunidade pelo Colegiado.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

Art. 1º - Os percentuais mencionados no artigo 5º e no parágrafo 2º do artigo 10 da Lei Complementar n. 1, de 2 de agosto de 1972, passam para 90% (noventa por cento) do salário mínimo que lhe serve de base.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 35/89

Curitiba, 14 de março de 1.989.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que dispõe

sobre a contratação de servidores, em casos de excepcional interesse público, para atender temporária necessidade de serviço, da administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos poderes do Estado do Paraná.

A medida ora submetida a essa Augusta Assembléia Legislativa é de fundamental importância, eis que virá dotar a administração pública de instrumentos legais no sentido de atender necessidades urgentes da contratação temporária de pessoal para setores vitais da atividade do Estado, mormente os da Agricultura, Educação, Saúde além de outros.

Vale ressaltar que a medida proposta guarda inteira harmonia com o preceito contido no inciso IX, do artigo 37, da Carta Magna da Nação, através do qual é aberto um permissivo para os casos de contratação, por tempo determinado.

O anexo anteprojeto de lei contém dispositivos expressos no sentido de que as contratações em causa não poderão ultrapassar o ano civil, sendo permitida uma única renovação dos contratos, de modo a que estes nunca excedam dois anos de duração total e, ainda, caso persistirem os motivos dos atos originários. São, também, previstos dispositivos estabelecendo que os servidores contratados nos termos da medida proposta, não poderão perceber salários em nenhuma hipótese superiores aos pagos aos servidores que exerçam funções análogas nos quadros do Estado. É, finalmente, previsto um prazo de trinta dias para a regulamentação da lei, onde serão definidas e atendidas as peculiaridades de cada área de atuação do Estado.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência, os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS  
Governador do Estado.

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos poderes do Estado do Paraná, fica autorizada a contratar servidores, em casos de excepcional interesse público, para atender temporária necessidade de serviço.

Art. 2º - A contratação a que se refere o artigo anterior se dará independentemente de concurso, e será ordenada por despacho fundamentado do chefe do respectivo Poder, que declarará a necessidade e o interesse público, após a manifestação dos órgãos envolvidos.

Art. 3º - A contratação só se dará por tempo determinado, e não poderá ultrapassar o ano civil, permitida a renovação se

persistirem os motivos do ato originário.

Parágrafo Único - Será permitida uma única renovação do contrato, de modo que este não exceda dois anos de duração total. Essa renovação estará sujeita à restrição de não ultrapassar o ano civil subsequente, demonstrada, em motivação expressa, a persistência da necessidade e do interesse público.

Art. 4º - Os salários dos servidores contratados nos termos desta lei não poderão, em hipótese alguma, ser superiores aos pagos a servidores que exerçam funções análogas no Estado.

Art. 5º - O Chefe do Poder Executivo regulamentará esta lei, em trinta dias, atendendo às peculiaridades de cada área de atuação do Estado.

Art. 6º - Efetivada a contratação autorizada por esta lei, o órgão responsável encaminhará a respectiva documentação ao Tribunal de Contas do Estado, para fins de registro (art. 71, III, da Constituição Federal).

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 36/89

Curitiba, 14 de março de 1989.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica de convênio celebrado em 12 de outubro de 1988, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Fazenda, e o Município de IRETAMA; objetivando a construção de prédio a ser destinado a abrigar a agência de rendas local.

Para os mesmos fins, também são encaminhadas as cópias autênticas dos Termos de Revigoração datados de 25.11.88 e 06.12.88, a convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Fazenda e, respectivamente, os municípios de Prudentópolis e Cafelândia, objetivando a conclusão de prédios destinados às agências de rendas locais.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado.

À Diretoria Legislativa.

Requerimentos:

#### REQUERIMENTO Nº 203

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA, ao Projeto de Lei nº 276/88, que declara de Utilidade Pública a Comunidade de Assistência aos Dependentes de Drogas Casa Copiosa Redenção.

Sala das Sessões, em 20.03.89.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

#### REQUERIMENTO Nº 231

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA para o Projeto de Lei nº 321/88.

Sala das Sessões, em 20.03.89.

(a) CÂNDIDO BASTOS.

#### REQUERIMENTO Nº 215

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 36/89, de sua autoria, que concede o Título de Cidadã Honorária à Imã Francisca Byblow, pelos relevantes serviços prestados ao Paraná.

É o requerimento.

Sala das Sessões, em 20.03.89.

(a) VERA AGIBERT.

#### REQUERIMENTO Nº 208

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento para Regime de Urgência, à votação do Projeto de Lei nº 288/88, que denomina Prefeito IRINEU APARECIDO SAVOLDI, a rodovia PR-552, que liga os municípios de Mandaguá passando por Ourizona, até o Município de São Jorge do Ivaí.

Sala das Sessões, em 20.03.89.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA.

#### REQUERIMENTO Nº 209

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, votação em regime de urgência para o Projeto de Lei nº 64/88, que torna coincidente as datas de vencimentos das taxas de água, luz e telefone, com as datas de pagamento dos funcionários do Estado e dos municípios.

Sala das Sessões, em 20.03.89.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA

#### REQUERIMENTO Nº 210

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ovido o Plenário, votação em regime de urgência, para o Projeto de Lei nº 65/88, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade na adoção do Vale Transporte, na forma da Lei nº 7.418, de 16.12.85, para os servidores públicos estaduais.

Sala das Sessões, em 20.03.89.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA.

#### REQUERIMENTO Nº 211

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ovido o Plenário, votação em regime de urgência para o Projeto de Lei nº 277/88, que "Declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO GUABIROTUBA", com sede e foro nesta Capital.

Sala das Sessões, em 20.03.89.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA.

#### REQUERIMENTO Nº 213

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ovido o Plenário regime de urgência às Mensagens Governamentais de nº 34/89 e 35/89.

Sala das Sessões, em 20.03.89.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEAO.

#### REQUERIMENTO Nº 212

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, e com fundamento no disposto pelo Art. 100, do Regimento Interno, após ovido o Plenário respeitosamente REQUER, preferência de discussão e votação, para o Projeto de Lei nº 24/89.

Sala das Sessões, em 20.03.89.

(a) CÂNDIDO BASTOS

Apoio: Pirajá Ferreira.

#### REQUERIMENTO Nº 216

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ovido o Plenário, seja consignado voto de pesar pelo falecimento do Sr. ARMANDO CAVALARI.

Sala das Sessões, em 20.03.89.

(a) NESTOR BAPTISTA.

#### JUSTIFICATIVA:

Tal requerimento justifica-se pela atuação do Senhor Armando Cavallari, dirigente do Operário Pilarsinho, e um dos grandes colaboradores da Suburbana do Paraná.

O Futebol da Suburbana encontra-se em luto, mas grato pelo que deixou um dos di-

rigentes mais atuante do nosso futebol.

Obrigado Armando Cavallari.

#### REQUERIMENTO Nº 207

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ovido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Marcos Jilmar Turin, ocorrido nesta Capital.

Filho de tradicional família curitibana, o extinto deixa uma lacuna difícil de ser preenchida.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à família enlutada, no seguinte endereço: Rua Francisco Schaffer, nº 105.

Sala das Sessões, em 20.03.89.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

#### REQUERIMENTO Nº 228

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ovido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Cândido Cavallari e Armando Cavallari, ocorrido nesta Capital.

Tais passamentos, vem consternar a sociedade curitibana face aos dotes morais dos extintos.

Requer outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à família enlutada, no seguinte endereço: Av. Nossa Senhora da Luz, nº 283.

Sala das Sessões, em 20.03.89.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

#### REQUERIMENTO Nº 200

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que, após ovido o Egrégio Plenário, seja inserido na Ata da Sessão de hoje, um voto de pesar pelo falecimento do Senhor ANTÔNIO MARTINS, ocorrido no dia 17 do corrente.

O extinto tinha 55 anos e deixa viúva a Senhora Ivani Martins.

Catarinense radicado nos campos gerais há mais de 30 anos, atuava no ramo do comércio, sendo proprietário da Dubon Magazin, sito à Rua Santos Dumont, 674.

Muito estimado pela comunidade pontagrossense, seu prematuro passamento deixa uma grande lacuna, entristecendo o coração de seus parentes e vasto círculo de amigos, cuja lembrança será guardada com grande carinho.

Requeiro que cópia deste expediente seja encaminhada à família enlutada.

Sala das Sessões, em 20.03.89.

(a) EDMAR LUIZ COSTA.

## REQUERIMENTO Nº 204

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. ATTÍLIO FRANCISCO XAVIER FONTANA, ocorrido ontem (15.03.89) em São Paulo.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 30.03.89.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

## JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 88 anos faleceu ontem em São Paulo, o Sr. ATTÍLIO FRANCISCO XAVIER FONTANA, fundador e Presidente emérito do GRUPO SADIA.

Ex-vereador, ex-prefeito municipal do município de Concórdia, ex-secretário da Agricultura, ex-senador, e ex-vice-governador do vizinho Estado de Santa Catarina.

O passamento do Sr. Atílio, veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de todo o seu grande círculo de amigos.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

O destino privou seus familiares de seu convívio, entretanto no céu as mãos têm mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu Servo.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná sente-se no dever de associar-se à dor que abalou a família FONTANA, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

## REQUERIMENTO Nº 214

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado votos de congratulações ao Vila Fanny Futebol Clube.

Sala das Sessões, em 20.03.89.

(a) NESTOR BAPTISTA

## JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento fundamenta-se no fato da brilhante conquista da equipe do Vila Fanny F. C., no 2º Campeonato Sul Brasileiro de Futebol Amador, realizado nos dias 17, 18 e 19 do corrente mês, na cidade de Campo Bom, Rio Grande do Sul, onde participaram as equipes Consuel, de Encantado (RS) e XV de Novembro de Campo Bom (RS).

## REQUERIMENTO Nº 221

Senhor Presidente.

Requer à Mesa, na forma regimental e dentro de suas atribuições legais, o Deputado que este subscreve, a inserção, na Ata dos trabalhos da presente sessão, de votos de congratulações pela nomeação e posse, nesta data, dos novos Procuradores do Estado, advogados:

MARCELA MORAES PEIXOTO, CLÁUDIA CRISTINA CRISTOFANI, APARECIDO SÉRGIO BISTAFÁ, EGON KOERNER JÚNIOR, FERNANDO QUADROS DE SOUZA, RAUL ANIS ASSAD e LAURA ROSA DA FONSECA.

Os advogados, acima mencionados, foram aprovados em concurso público, concorrendo com mais de 200 candidatos, sagrando-se aprovada em primeiro lugar a advogada MARCELA MORAES PEIXOTO.

Pelo êxito dos mesmos, requer-se ainda que, uma vez aprovada a presente proposição, seja desta dado conhecimento ao Senhor Governador do Estado, ao Senhor Procurador Geral do Estado, Wagner Brussolo Pacheco e aos novos Procuradores.

Sala das Sessões, em 20.03.89.

(a) ALGACI TÚLIO

## REQUERIMENTO Nº 205

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de votos de congratulações ao município de União da Vitória, pela passagem, no próximo dia 27, dos 99 anos de sua emancipação política.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Senhor Prefeito Municipal, vice-Prefeito e todos os vereadores daquele Município como expressão do Poder Legislativo Paranaense, de regozijo pelo feliz acontecimento.

Sala das Sessões, em 20.03.89.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

## JUSTIFICATIVA:

Fundada pelo Coronel Amazonas de Araújo Marcondes, um verdadeiro bandeirante, que lançou sementes do desenvolvimento da região, implantando o sistema de transporte a vapor, promovendo com seu pioneirismo um surto de progresso incomparável, motivando o governo, através do Decreto nº 54 de 27 de março de 1890, a elevar a então Freguesia de Porto União da Vitória, à categoria de Vila, e pelo Decreto nº 55 do mesmo dia, mês e ano, passou à categoria de Município, desmembrado do município de Palmas.

O desenvolvimento da cidade, através dos anos, pela iniciativa privada, exigiu, em contrapartida, esforços concentrados das administrações municipais, com execu-



ções de obras de infra-estrutura que objetivaram dar melhores condições de vida ao seu povo.

A força polarizadora do primitivo entreposto de Nossa Senhora da Vitória, atual UNIAO DA VITÓRIA, é um fato incontestável.

União da Vitória, nesses 99 anos, se consolidou como principal polo de desenvolvimento da importante região Sul do Paraná, e como porta de entrada para o vasto e rico oeste catarinense, juntamente com a cidade gêmea de Porto União.

Possuindo funções definidas como centro de comercialização, entreposto de primeira ordem, entroncamento ferroviário estratégico; conta hoje com estrada asfaltada ligando a Capital pela PR-476, ao sudoeste pela PR-280, ao Sul do País pela BR-153 - Transbrasiliana e ao Estado de Santa Catarina pela BR-280.

A passagem de seus 99 anos representa muito mais que uma comemoração. É um evento que marca, além do seu registro histórico, uma União da Vitória renovada pela fibra do seu povo ao longo da história. Ali aportaram pessoas de todas as raças, esqueceram suas origens e se uniram fortes pelo bem comum de uma cidade que nasceu com o destino de estar sempre em franco desenvolvimento.

Nas páginas de sua história escrevemos um pouco de nossa lida, e, hoje temos orgulho de, com todos brindarmos seus 99 anos de vertiginoso progresso.

#### REQUERIMENTO Nº 206

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve requer à Casa, ouvido o Plenário, seja inscrito nos Anais desta sessão, um voto de júbilo e congratulações pela 30º aniversário de instituição da PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ.

Requer mais que da manifestação desta Casa seja dado conhecimento àquela destacada instituição de ensino, na pessoa de seu Reitor, Professor Euro Brandão.

Sala das Sessões, em 20.03.89.

(a) WERNER WANDERER

#### JUSTIFICATIVA:

Criada pela inspiração do saudoso Arcebispo de Curitiba, D. Manoel da Silveira D'Elbour, e implantada pelo vigoroso espírito de evangelização pela Educação dos Irmãos Maristas, a Pontifícia Universidade Católica do Paraná se tornou, aos 30 anos, uma verdadeira "Universitas" no sentido de integrar as funções de ensino, pesquisa e extensão.

Hoje sob a dedicada liderança do professor Euro Brandão, um especialista nas Ciências da Engenharia e da Computação que alia sua sólida experiência de educador a uma visão humanista do mundo e uma sensi-

bilidade de artista respeitado, a PUC-PR orgulha a tradição cultural da gente paranaense, como um centro de excelência na educação universitária.

Seus variados cursos de graduação e pós-graduação, suas amplas instalações situadas no Bairro do Prado Velho em Curitiba; seus laboratórios de ciências exatas; os programas de extensão que mantém junto à comunidade, beneficiando milhares de pessoas, principalmente as mais carentes, fazem parêntese com um brilhante corpo docente de professores titulados em Mestrado e Doutorado, ao lado de milhares de jovens alunos que buscam na instituição a formação universitária que os habilitará para viver e servir melhor o País.

Ao par, a PUC-PR mantém um amplo intercâmbio com universidades e centros estrangeiros o que permite a seus professores, pesquisadores e alunos se manterem atualizados com o conhecimento novo gerado em todo o mundo.

Por todos estes registros faz-se amplamente justificado o voto que apresentamos em homenagem à Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 240

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro em Ata da presente sessão, voto de congratulações e manifestação de regozijo, pela passagem do 117º aniversário de emancipação política do município de TIBAGI, comemorado no dia 18 de março em curso, expressões estas que atribuem a toda a comunidade local, representada nas pessoas do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal EUGÊNIO RODRIGUES CARNEIRO e Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara de Vereadores JOSÉ PRESTES FILHO.

Desta decisão, requer, ainda seja dado ciência aos ocupantes dos cargos mencionados, nos respectivos órgãos ou aos cuidados da Prefeitura Municipal de Tibagi.

Sala das Sessões, em 20.03.89.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

#### REQUERIMENTO Nº 237

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, votos de congratulações ao Excelentíssimo Senhor Professor Euro Brandão, pelas comemorações alusivas ao 30º aniversário da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, ocorrido no dia 14 de março último.

Sala das Sessões, em 20.03.89

(a) NEIVO BERALDIN

#### JUSTIFICATIVA:

A Pontifícia Universidade Católica do



Paraná, foi fundada em 14 de março de 1959 enquanto Escola, pelo então Arcebispo de Curitiba, Dom Manoel da Silveira D'Elbour.

A PUC tem hoje 8.551 alunos em 30 cursos de graduação e outros 500 em 14 cursos de pós-graduação lato-sensu, além de uma folha inestimável de serviços prestados formando uma sociedade de irmãos, pois a sua preocupação tem sido mais ampla, fornecendo além da informação acadêmica, científica e técnica, também conhecimento e orientação para a formação de um senso crítico perante os valores sociais e morais.

A PUC representa não somente uma Universidade preocupada em ampliar os conhecimentos de sua comunidade acadêmica no aprofundamento de cada disciplina, em cada ramo da ciência, mas, sobretudo, tem a preocupação com uma visão mais universal, por isso o Magnífico Reitor Professor Euro Brandão nos ensina que "a universidade moderna não deve mais apenas valorizar a ciência e a tecnologia, mas aprofundar o conhecimento humano nos mais variados ramos do saber".

Portanto, Senhor Presidente, em decorrência da grande contribuição que a PUC tem dado à comunidade curitibana e ao Paraná, ajudando a construir uma sociedade mais humana, justa e fraterna é que solicitamos o registro de nossos votos de congratulações por essa data tão importante para todos nós, para nossos filhos e netos que com certeza poderão usufruir dos ensinamentos desta renomada Universidade.

#### REQUERIMENTO Nº 236

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Votos de Congratulações ao PROFESSOR e DIRETOR SENHOR AIRTON GONÇALVES CELESTINO, pelas comemorações alusivas ao 143º aniversário do Colégio Estadual do Paraná, ocorrido no dia 13 de março último.

Requer, ainda, que do mesmo seja dado ciência ao ilustre diretor.

Sala das Sessões, em 20.03.89.

(a) NEIVO BERALDIN.

#### JUSTIFICATIVA:

A história do Colégio Estadual do Paraná, que começou em 1848 com o nome de Liceu de Curitiba, confunde-se com a do Estado e do próprio País. Isso pode ser comprovado no acervo do Museu "Guido Straube".

A escola pública gratuita é de extrema relevância na formação da cidadania e da mentalidade brasileira, já que abriga o maior contingente de alunos do Paraná, em específico, o estudante de escola oficial é de cerca de 1.5 milhão enquanto que a

escola particular abriga aproximadamente 200 mil alunos.

Segundo o diretor do Colégio Estadual, Professor Airtton Celestino "a injeção de mais verbas, incremento nas atividades extracurriculares e melhor integração dos diversos segmentos na estrutura escolar são indispensáveis à desejada qualificação da escola pública".

É do conhecimento de todos as dificuldades porque passam as escolas públicas de nosso País, isso em decorrência da política adotada e arrazada nos governos pós-64, no qual tinham a visão de privatizar o ensino superior arguindo dar sustentação ao nível básico; porém, isso foi amplamente utilizado como artifício, mas no seu âmago estava a política de se isentar da responsabilidade de dar educação ao povo brasileiro tanto a nível superior quanto básico, que pagou e paga antecipadamente taxas e seus impostos para que o Estado reaplique esses valores nas questões prioritárias, para garantir a cidadania de seu povo.

A história recente do Paraná mudou esses valores, no governo Álvaro Dias, em específico, a questão educacional tornou-se objeto de prioridade, tanto que, até as Universidades Estaduais foram tornadas gratuitas em sua administração.

Senhor Presidente, considerando-se as reflexões acima, é mister dizer que a data comemorativa de qualquer escola deve ser festejada por todos nós, pela importância que isso reflete à nossa sociedade, ao nosso entender, quanto mais ainda a data alusiva à comemoração dos 143 anos do Colégio Estadual do Paraná, que muito tem contribuído para a formação de profissionais competentes de renome nacional, estadual e local que já passaram por esses bancos escolares.

Por isso, pela luta e a tradição que simboliza esse colégio Estadual colocado como o primeiro em qualificação de nosso Estado, pela formação de grandes homens, pelo ensinamento da ciência e da sabedoria, é que solicitamos os nossos mais sinceros votos de congratulações bem como nossos agradecimentos ao seu diretor e a toda sua equipe de professores, funcionários e alunos por essa data tão marcante para todos nós.

#### REQUERIMENTO Nº 235

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, votos de Congratulações a Professora e Diretora Senhora ROSILDA MATTANA GESSNER, pelas comemorações alusivas ao 35º aniversário da Escola Estadual Guaíra, ocorrida no dia 13 de março último.

Requer, outrossim, votos de lowor à educadora Fôrça dos Guimarães Alves, que foi a primeira diretora desse importante estabelecimento de ensino em 1954.

Desta feita, solicita, ainda, que do mesmo seja dado ciência às ilustres professoras.

Sala das Sessões, em 20.03.89.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

A Escola Estadual Guaíra tem uma posição histórica, pois foi inaugurada pelo Governador Bento Munhoz da Rocha Netto, em 1953, por ocasião das comemorações dos 100 anos de emancipação política. Começou então com cerca de 300 alunos e tinha apenas 11 professores. Hoje a instituição funciona em três turnos, abrigando 1.500 alunos e mais de 80 professores, que ocupam diariamente as 17 salas, para ministrar ensinamentos, tendo como sua diretora a Professora Rosilda Mattana Gessner.

Já, a educadora Fôrça de Guimarães Alves foi a primeira diretora, em 1954. Segundo ela, a escola surgiu devido à necessidade constatada na região, para matricular crianças que buscavam alfabetização. Essa Escola, conforme sua diretora, foi a primeira do País a ministrar ensino e atendimento específico para classes de crianças excepcionais. Atualmente são atendidas cerca de 20 crianças excepcionais, mas a Escola já chegou a atender muito mais.

Senhor Presidente, tendo em vista o importante serviço já prestado pelas professoras supramencionadas, haja vista a questão educacional ser preponderante para qualquer civilização, considerando-se as adversidades que se encontram pela frente, a força, o trabalho e a energia que é necessário dispensar para superá-las, tendo em vista que de seu sucesso dependem o futuro de aproximadamente 5.000 pessoas, entre alunos, familiares, funcionários e professores desse estabelecimento de ensino, é que desejamos registrar os nossos votos de congratulações à diretora e votos de lowor à educadora, em que ambas contribuíram e o continuam procurando dar educação às nossas crianças que serão os futuros homens de nosso País.

REQUERIMENTO Nº 233

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ovido o Douto Plenário, seja consignado um voto de lowor às Escolas Positivo pela realização da Primeira Semana Positivo do Meio Ambiente.

Requer, outrossim, seja dada ciência da decisão da Casa à Direção do Grupo Positivo, ao Secretário Municipal do Meio Ambiente, ao Secretário de Desenvolvimento

Urbano e Meio Ambiente e a Rede Globo de Televisão.

Sala das Sessões, em 20.03.89.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

JUSTIFICATIVA:

A campanha desenvolvida pelas escolas Positivo objetivaram a conscientização do que os recursos naturais e o Meio Ambiente significam para a Nação e para a humanidade.

Envolvendo um grande número de atividades criativas, a campanha promoveu a plantação de árvores, repovoou rios e durante toda a semana, os jovens alunos fizeram poesias, teatro, jornal mural, decoraram as salas e criaram frases.

Tudo foi feito com muita alegria, mas com muita seriedade. As árvores plantadas, aproximadamente 2.500, tiveram a orientação de técnicos do ITCF.

Os alunos "adotaram" mudas, mas essas não foram distribuídas indiscriminadamente e a certeza de que seriam responsáveis por aquela muda e a aceitação desse fato era condição "sine qua non" para a adoção.

A Secretaria Municipal do Meio Ambiente e a Rede Globo aderiram ao movimento, emprestando-lhe maior brilho.

A iniciativa provavelmente sensibilizará nossos dirigentes para a necessidade de se estabelecer uma política científica e tecnológica, voltada à sustentação imprescindível ao equilíbrio ecológico.

A produção pode e deve ser realizada sem sacrifícios ou destruições.

REQUERIMENTO Nº 234

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ovido o douto Plenário, seja constituída uma Comissão Especial interpartidária de 7 Deputados para buscar uma solução para o impasse que envolve os peritos criminais, ora em greve há mais de dez dias, com a paralisação das atividades do Instituto Médico Legal e Instituto de Criminalística, órgão de grande importância para a sociedade curitibana.

Sala das Sessões, em 20.03.89.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

REQUERIMENTO Nº 239

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ovido o Douto Plenário, o envio de ofício a FASPAR - Fundação de Ação Social do Estado do Paraná, no sentido de que esta Instituição repasse auxílio financeiro a Guarda-Mirim de Mariluz, neste Estado.

Sala das Sessões, em 20.03.89.

(a) NAMIR PIACENTINI.

**JUSTIFICATIVA:**

A Guarda-Mirim de Mariluz atualmente presta atendimento a 80 adolescentes do município, fornecendo refeições diárias, além de atendimento recreativo e educativo.

Seu funcionamento vem sendo possível graças à colaboração da comunidade local, porém estes recursos não estão sendo suficientes para o completo desempenho das atividades. Por isso faz-se necessário que a entidade a qual se requer, providencie tal repasse de verbas, evitando assim, que a referida entidade não passe por privações, que somente viriam prejudicar as famílias de Mariluz.

**REQUERIMENTO Nº 224**

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao Comandante Geral da Polícia Militar, solicitando a viabilidade da construção de Módulo Policial na Praça 29 de março.

Sala das Sessões, em 20.03.89.

(a) RAUL LOPES

**JUSTIFICATIVA:**

Reivindicação popular, conforme documentos em anexo.

**REQUERIMENTO Nº 225**

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Segurança Pública, solicitando a viabilidade da construção de módulo policial, na Praça 29 de março.

Sala das Sessões, em 20.03.89.

(a) RAUL LOPES

**JUSTIFICATIVA:**

Reivindicação popular conforme cópia de expediente em anexo.

**REQUERIMENTO Nº 229**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de Ofício a FASPAR - Fundação de Ação Social do Estado do Paraná, no sentido de que esta instituição repasse auxílio financeiro a A.P.M.I. - Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, mantenedora da creche Menino Jesus do Município de Goioerê, neste Estado.

Sala das Sessões, em 20.03.89.

9a) NAMIR PIACENTINI

**JUSTIFICATIVA:**

A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APIMI de Goioerê, é responsável pela manutenção da creche Menino Je-

sus, atualmente com 100 crianças em regime de semi-internato, recebendo 4 refeições diárias, além de atendimento recreativo e social.

Ressalta-se ainda que a mesma Associação é responsável pela manutenção de 05 clubes de mães localizados nas periferias do Município, cujo objetivo destes é prestar atendimento de higiene, planejamento familiar, arte culinária e outros, à população carente do município.

Atualmente a APMI é mantida com recursos conseguidos junto à comunidade, porém estes não estão sendo suficientes para a manutenção precisa e necessária da mesma, sendo portanto importante que a FASPAR repasse o auxílio financeiro solicitado, evitando assim que a referida instituição passe por privações, que viriam prejudicar um grande número de famílias de Goioerê.

**REQUERIMENTO Nº 241**

Senhor Presidente.

Os Deputados que se subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente aos Excelentíssimos Senhores Secretários da Fazenda, Doutor Luiz Carlos Jorge Hauily, Secretário da Agricultura Senhor Osmar Dias, Senhor Governador do Estado Álvaro Dias, solicitando a não autorização de importação de carne suína.

Sala das Sessões, em 20.03.89.

(aa) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

NEREU CARLOS MASSIGNAN

**JUSTIFICATIVA:**

Considerando que a Suinocultura Paranaense, Catarinense e Riograndense, tem estrutura suficiente e, em ampla produção, capaz de atender a demanda do consumo exigido no País, tornando a importação, ora autorizada pelo Ministro da Agricultura, sem a prévia consulta aos Secretários do Abastecimento dos Estados do Sul, uma afronta contra a suinocultura.

Para tanto, solicitamos envio de expediente para as autoridades envolvidas.

**REQUERIMENTO Nº 232**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja enviada correspondência ao Excelentíssimo Senhor José Sarney e ao Excelentíssimo Senhor Iris Resende, solicitando a adoção urgente de medida provisória, que apresse a chegada dos financiamentos da Agricultura aos Bancos, bem como a revogação da medida provisória nº 40/89, que corrige a dívida da Agricultura pelo IPC, enquanto que o plano verão determina o congelamento dos preços dos produtos.

São medidas que por serem antagônicas na sua essência, prejudicam o produtor ru-

ral.

Requer, ainda, que da decisão sejam informados os membros do Congresso Nacional.

Sala das Sessões, em 20.03.89.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

**JUSTIFICATIVA:**

Se a função social da agricultura é fornecer alimentos à população, tal função só será obtida se os produtores rurais forem incentivados, e tiverem os recursos dos quais necessitam.

Muitos são os obstáculos enfrentados por esse segmento da sociedade, como recursos técnicos e financeiros para assegurar a disponibilidade da sua estrutura operacional.

A agricultura não pode ser negligenciada pois é a base da economia do Paraná.

Embora o Congresso Nacional já haja aprovado o orçamento da União e o Banco Central autorizado o repasse dos recursos ao Banco do Brasil, se o Governo Federal não agilizar as ações neste sentido as safras de milho, algodão e soja não poderão ter seu plantio iniciado.

**REQUERIMENTO Nº 230**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente às autoridades abaixo nominadas solicitando que seja implantada, em regime prioritário, iluminação pública na rua 41.101, localizada no Jardim Ivenmar, no trecho compreendido entre a Av. Brasil e o acesso à rodovia PR-317, no Município de Maringá.

1. Presidente da Companhia Paranaense de Energia, Senhor Francisco Luiz Sibut Gomide.

2. Diretor da Superintendência Regional da COPEL em Maringá, Senhor Victor Hugo dos Passos.

3. Vereador Ricardo Maia, Câmara Municipal de Maringá.

Sala das Sessões, em 20.03.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

**JUSTIFICATIVA:**

A rua em questão dá acesso a uma densa área industrial de Maringá, onde se encontram instaladas algumas empresas de grande porte, e também serve de acesso às cidades próximas. A falta de iluminação pública na referida via, vem prejudicar sobretudo o grande número de trabalhadores que por ali transitam diuturnamente.

**REQUERIMENTO Nº 226**

Senhor Presidente.

O Deputado David Cheriegate, ao final assinado, no desempenho de seu mandato parlamentar, na forma regimental, REQUER,

Curitiba, segunda, em 20.03.89

a Vossa Excelência, após consultado o Plenário, o envio de expediente aos Excelentíssimos Senhores Deputados Federais e Senadores representantes do Paraná no Congresso Nacional, solicitando posicionamento contrário ao veto Presidencial ao Orçamento Geral da União, que priva a agricultura dos indispensáveis recursos para custeio e comercialização da atual safra.

Sala das Sessões, em 20.03.89.

(a) DAVID CHERIEGATE

**JUSTIFICATIVA:**

É reconhecida a importância que o volume de recursos aplicados ao custeio e à comercialização das safras têm empreendido na economia primária nacional, viabilizando ascendentes índices de produtividade e produção.

Será um despautério permitir-se que o atual Governo, à conta de ajustar o seu déficit, venha a interferir neste segmento tão importante à economia nacional.

**REQUERIMENTO Nº 202**

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Administração, Deputado Mário Pereira, para que informe, por gentileza, a esta Casa o montante da dívida do Estado para com o Instituto de Previdência do Estado (I.P.E.), detalhadamente até o dia 28 de fevereiro de 1989.

Sala das Sessões, em 20.03.89.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

**JUSTIFICATIVA:**

A dívida do Estado para com o Instituto de Previdência tem aspectos fundamentais. O processo de quitação do débito implicará em repor aos cofres do I.P.E., quantias que irão sem dívida ajudar na sua manutenção.

O Estado, na qualidade de empregador e uma das fontes de recursos para o Instituto, não pode deixar de cumprir a sua parte, quando a contribuição do empregado é descontada e recolhida regularmente.

Vale ainda considerar que a qualidade do serviço prestado está diretamente ligado aos recursos da instituição.

É necessário que se inicie o processo de liquidação da dívida porque o seu crescimento somente dificultará qualquer tentativa de colocar um fim definitivo, com o Estado, cumprindo essa obrigação.

Para que isso se torne realidade é que necessitamos conhecer o montante da dívida.

**REQUERIMENTO Nº 219**

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso

de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à dita Mesa Executiva, o encaminhamento do expediente abaixo, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara de Deputados, em Brasília:

Considerando a apresentação de Projeto de Lei, de iniciativa do Deputado José Serra, que visa mudar o limite de idade para obtenção de carteira de habilitação para motorista, de 18 para 16 anos;

Considerando tratar-se de matéria de alta indagação e de grande repercussão dentro do ordenamento legal vigente, encaminhamos, para análise dessa Câmara de Deputados, quando do exame do referido Projeto de Lei, pelas comissões técnicas competentes, exposição que reflete a preocupação de um Deputado Estadual, representante de parcela da população do Estado do Paraná, quanto a concessão de habilitação para motorista, a pessoas penalmente inimputáveis, e civilmente incapazes:

#### EXPOSIÇÃO

O avanço tecnológico, as conquistas dentro do campo das comunicações, levaram o homem a uma maturidade, até certo ponto, precoce. Hoje, um jovem de 16 anos, com a bagagem adquirida, pode ser portador de conhecimentos e condições que o habilitem a dirigir um automóvel. Permitir, através de lei, que possa, aos 16 anos, obter a sua carteira de habilitação para dirigir, é uma questão até pacífica, pode-se afirmar. Todavia, há que se questionar quando se pretende que esta possibilidade seja apenas um direito sem o correspondente dever. Em se concedendo tal direito, sem que se torne o detentor do mesmo penalmente responsável, estaremos correndo o grave risco da criação de uma nova área de criminalidade imprevista.

De acordo com estudiosos da matéria, entrando em vigor lei nesse sentido, passará a contar o Brasil, de imediato, com aproximadamente dois milhões de motoristas a mais. Motoristas habilitados a dirigir, porém, sem a responsabilidade pela prática de possíveis delitos de trânsito. Seria a criação de uma nova categoria de possíveis infratores sem a correspondente responsabilidade, civil ou criminal. Portanto esta, sempre recairia num terceiro: pais ou proprietário do veículo causador da infração. Hoje, pela legislação vigente, o cidadão se torna, aos 18 anos, penalmente imputável e, aos 21 anos, adquire a capacidade civil plena. Todavia, pelos avanços alcançados através da nova Constituição, aos 16 anos poderá ser eleitor, como poderá obter autorização para casar-se.

Situação esta, constitucionalmente esdrúxula, porque, se pode ter o direito de votar, não existe o correspondente dever. Ou seja, no caso de cometer uma possível

infração ao Código Eleitoral, não será responsabilizado.

Os índices de criminalidade, em todo o País, são hoje alarmantes. Segurança contra a violência, de toda sorte, desde pessoal até os delitos de trânsito, é a maior aspiração da sociedade brasileira. A impunibilidade, mesmo para aqueles que são imputáveis, pelas estatísticas conhecidas, é uma realidade alarmante porque, dificilmente, o aparelho judiciário consegue responsabilizar o infrator. Ocorrendo, na grande maioria dos delitos desta área, a prescrição para a pretensão punitiva. Diante de tal situação, onde faltam condições totais para se evitar a criminalidade já existente, é de se perguntar se não será uma temeridade criar-se um novo foco de possível e esperada criminalidade dentro do trânsito? Não será uma temeridade, fornecer-se habilitação para quem, de antemão, já se sabe inimputável, além do que, ser público e notório que os crimes, nesta área, em sua grande maioria, deixam de ser punidos devido a prescrição penal?

Pergunta-se: qual a necessidade, tão premente, que leva à concessão da habilitação a menor de 18 anos? Por que não se aprova, ou não se desengaveta o Projeto Mena Barreto de delitos de trânsito? Projeto que define os delitos de trânsito, tratando das penas e grau de culpa. Enfim, um projeto de disciplina, com grande profundidade os delitos de trânsito e encontra-se parado, no Ministério da Justiça desde 1980.

A criação, como se pretende, de uma nova escola, de um novo quadro de motoristas, evidentemente, deveria corresponder a uma legislação de trânsito eficaz e atual. Como a acima citada. Porque é de se questionar: como é que fica o menor que matar alguém por imprudência, negligência ou imperícia? Como ficará a situação do menor, habilitado, mas que, penalmente não pode responder pelo crime? Não se vê como podemos fugir da regra contida na isonomia do Direito: de que todo direito deve corresponder a um dever. Se hoje, um dos maiores problemas com que se defronta a sociedade, é exatamente o relacionamento com menores, qual a situação que se criará com o acréscimo de mais de dois ou três milhões de motoristas menores, rodando pelas ruas e estradas impunemente?

Apenas citando como exemplo: as autoridades brasileiras capitularam diante do jogo-do-bicho e com ele, assistimos hoje ao que o acompanhou, que foi o narcotráfico e, conseqüentemente, o crime, envolvendo inclusive menores viciados, constituindo-se em problema que desafia o poder constituído.

A pretensão do nobre Deputado Federal ainda esbarra em outro ponto: hoje, o Bra-

sil se defronta com enorme problema, que é o atendimento ao contingente de inválidos - incapazes para o trabalho - além das mortes e famílias desamparadas, em consequência de acidente de trânsito, provocados, na maioria das vezes, por irresponsáveis ao volante, inclusive menores.

Não podemos esquecer que, segundo perspectivas existentes para este ano de 1989, deverão ocorrer no País de 800 a um milhão de sinistros viários e, em decorrência destes, de 45 a 50 mil óbitos serão registrados, aproximadamente 250 mil pessoas se tornarão inválidas permanente e, cerca de 300 mil sofrerão lesões leves. O que significa que o Brasil ocupa um dos primeiros lugares no mundo, onde ocorre o maior número de acidentes de trânsito. Entre as três maiores causas responsáveis pelo inúmeros de óbitos no País, uma delas é o trânsito.

Concordamos que se habilite o cidadão a dirigir aos 16 anos, desde que se dê a ele a responsabilidade penal e civil definidos. Sempre que dermos um direito, há que darmos a correspondente responsabilidade. Porque, se fugirmos da regra citada, se deixarmos de atender ao princípio da igualdade, de que a cada direito deve corresponder um dever, estaremos incorrendo no risco de inconstitucionalizarmos a tese definitiva da impunidade.

Hoje, o Código de Menores, em seu art. 3º, não permite sequer a divulgação de nome e de infrações cometidas por menores. Ou seja, não permite a divulgação da identidade do menor que comete algum ato ilícito na área penal. Como então, admitir-se que um menor, protegido por um Código, possa, legalmente, ser autorizado a fazer uso de uma máquina que, nas mãos de um irresponsável penal como o é, poderá transformar-se numa arma de destruição de vidas bens?

Esta a exposição que encaminhamos à reflexão das duntas comissões técnicas da Câmara Federal, responsáveis pela apreciação do Projeto de Lei que dispõe sobre a habilitação de motorista a menores de 16 anos.

Requer ainda que da presente proposição se dê conhecimento, na íntegra, ao Senhor Secretário de Segurança Pública do Estado, ao Senhor Comandante do BPTRAN, aos Senhores Juizes das Varas de Delitos de Trânsito da Capital.

Sala das Sessões, em 20.03.89.

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO Nº 223

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à dunta Mesa da Assembléia, o encaminhamento, ao Senhor Gover-

nador do Estado, Álvaro Dias, do seguinte apelo:

Considerando que o município de Cerro Azul é o maior produtor de cítricos do Paraná, e que sua safra, estima em cerca de 30 milhões de caixas, sofre o perigo de não poder ser escoada devido ao péssimo estado em que se encontram suas estradas e, especialmente, a que liga o Município a Rio Branco do Sul e se constitui na única via de saída:

Considerando que no Município não existe indústria para a produção de sucos e que se não for escoada, a safra de cítricos poderá ser totalmente perdida, levando a este prejuízos incalculáveis, como também para a receita estadual;

Considerando que, além da produção de cítricos, Cerro Azul se destaca pelas jazidas de minérios, principalmente as de fluorita, usada na metalúrgica e que atualmente é explorada por empresa multinacional que atua nas áreas da química e produtos sintéticos;

Considerando que também a pecuária encontra-se bastante desenvolvida naquele Município, mas que sua produção de leite não pode ser distribuída por falta de condições de estradas;

Considerando que as obras de asfaltamento dos 56 quilômetros da rodovia, que é o único meio de acesso do terceiro maior Município em território do Paraná, já tiveram início, o que presume a existência de projeto e orçamento com dotação aprovada, porém foram paralisadas após realização de serviços de terraplenagem, o que, no período de chuvas, veio contribuir para tornar a estrada totalmente intransitável;

Considerando que, Cerro Azul sofre problema crônico da falta de rodovias, pois que data da época do Império a instalação da Colônia Assungy que lhe deu origem, e que sua economia e desenvolvimento vêm sendo grandemente sacrificados pela falta de pavimentação da referida estrada;

Apela, no sentido de que o Governo do Estado, tome as providências necessárias para que sejam reiniciadas as obras de asfaltamento dos 56 quilômetros que ligam Cerro Azul a Rio Branco do Sul, dentro do menor prazo possível e antecedendo ao escoamento da safra de cítricos.

Requer ainda, que deste seja dado conhecimento ao Senhor Prefeito de Cerro Azul, à Câmara Municipal, assim como ao Prefeito de Rio Branco do Sul e à Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 20.03.89.

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO Nº 222

Senhor Presidente.



O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à douta Mesa da Assembleia o encaminhamento de apelo ao Senhor Governador do Estado, pelas razões a seguir expostas:

Considerando que os baixos salários, percebidos pela maioria dos funcionários públicos, deram origem à criação da Escola Nice Braga, a qual vem atendendo a vários anos, em regime de creche, a filhos de funcionários na faixa de 2 a 6 anos, em Curitiba;

Considerando que tais funcionários residem nos mais diversos bairros da Capital e que, seus filhos são transportados para a Escola Nice Braga em ônibus pago pelo Instituto de Previdência do Estado - IPE, e auxiliado pelos pais;

Considerando que os funcionários, com filhos na faixa etária de 2 a 6 anos, percebem uma gratificação denominada "auxílio creche";

Considerando que os funcionários beneficiados pelo auxílio e pela Escola, foram informados que, a partir de 1º de abril, não mais perceberão o mesmo, assim como o transporte de seus filhos à Escola Nice Braga será suspenso;

Considerando que os funcionários beneficiados são aqueles que percebem salários mais baixos e, em consequência não terão recursos para transportar seus filhos à Escola, localizada no bairro de Santa Quitéria;

Considerando que, os funcionários e seus filhos, serão grandemente prejudicados e sacrificados se concretizadas as medidas anunciadas;

Considerando que a economia que será feita, para os cofres públicos, com o corte do "auxílio creche" e suspensão do transporte, será insignificante dentro do Orçamento do IPE e do Estado;

Apelamos ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Álvaro Dias, para que reexamine a questão, levando em conta os incalculáveis prejuízos que tais medidas, se concretizadas, trarão à parcela do funcionalismo público estadual e, dentro dos critérios de justiça e humanidade que norteiam sua administração, determine ao órgão competente, a suspensão das mesmas.

Requer ainda, o encaminhamento à direção da Escola Nice Braga e à Associação de Pais e Mestres da mesma, de cópia do presente requerimento.

Sala das Sessões, em 20.03.89.

(a) ALCACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO Nº 220

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma do disposto no Art. 20, § 2º, da Constituição

do Estado, e atendendo as disposições do Regimento Interno da Casa, REQUER, à douta Mesa da Assembleia, o encaminhamento, ao Senhor Secretário dos Transportes, do seguinte:

#### Pedido de Informações

Considerando o estado, do total abandono, em que se encontra a Estrada do Cerne, no trecho que liga Campo Magro a Bateias, ainda de terra batida e, no trecho que passa por Três Córregos, Ribeira, Ampam e Castro, onde já foram iniciadas obras e paralisadas e, tendo em vista a importância daquela via para o desenvolvimento e economia do Estado, solicita-se as seguintes informações:

1 - que motivos levaram à paralisação das obras iniciadas nos trechos acima referidos?

2 - quais as firmas contratadas para realização das obras?

3 - O projeto de recuperação da Estrada do Cerne, trecho mencionado, encontra-se incluído no Orçamento dessa Secretaria?

4 - Existe previsão para o reinício das obras?

5 - Quais as medidas que estão, ou poderão ser tomadas para a solução do problema que vem causando transtornos para a economia de municípios servidos por essa rodovia e que encontram-se praticamente isolados pelas condições da mesma?

#### REQUERIMENTO Nº 218

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER a realização de "Fórum", nos próximos dia 30 e 31 de março, no período da tarde, para estudar e analisar as consequências que poderão advir da aprovação de Projeto de Lei que tramita na Câmara Federal e que visa a concessão de carteira de motorista para maiores de 16 anos.

Em anexo, cópia de proposição deste Deputado a ser encaminhada à Câmara Federal, que justifica o presente requerimento, diante de problema que reputa-se de extrema seriedade, face à repercussão que há, habilitação para dirigir automóveis a menores de 18 anos e maiores de 16 anos, irá trazer ao ordenamento jurídico brasileiro.

A realização deste fórum fará a Assembleia Legislativa do Paraná, pioneira no País, pois visa o mesmo colher subsídios balizados, de autoridades reconhecidas na área e encaminhá-los ao Congresso Nacional antes que, aqodamente, se aprove essa lei que poderá ter consequências irreversíveis.

O fórum irá ouvir as seguintes autori-



dades que, se requer, sejam oficialmente convidadas:

- 1 - Dr. Wanderlei Resende - Juiz de Menores da Capital;
- 2<sup>a</sup> - Dr. Otávio de César Valeixo - Juiz da 1.ª Vara de Delitos de Trânsito da Capital;
- 3 - Dr. Francisco Vercesi Sobrinho - Representante do Ministério Público;
- 4 - Cel. Viera - Comandante do BPTRAN - PMPR;
- 5 - Senhor J. Pedro Correia - responsável pelo Programa Volvo de Segurança no Trânsito;
- 6 - Um representante da área educacional a ser indicado pela Senhora Secretária de Educação;
- 7 - Um representante dos meios de comunicação, a ser indicado pelo órgão de classe;
- 8 - Um representante de Associações de Pais e Mestres - a ser indicado pelo Deputado requerente.

Requer ainda, uma vez aprovado o presente requerimento que todas as medidas tendentes à realização e sucesso do fórum, sejam tomadas pela administração da Casa, assim como toda a divulgação através dos meios de comunicação.

Sala das Sessões, em 20.03.89.

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO N° 201

Senhor Presidente.

Na forma regimental e após ouvido o egrégio Plenário, o Deputado que este subscreve, REQUER a transcrição em Ata dos trabalhos de hoje, do artigo de Luiz G. Mazza, intitulado "As Mancadas Imperdoáveis", o qual foi publicado no dia 16 de março do fluente no jornal "Correio de Notícias", conforme segue:

#### "AS MANCADAS IMPERDOÁVEIS"

Acumulam-se as mancadas do pessoal da Secretaria do Trabalho quando presta informações de interessados em processos da antiga Secretaria de Indústria e Comércio. Não faz muito tempo o investidor da fábrica de sucos de cítricos de Paranavaí ficou se batendo dois dias em Curitiba porque ninguém se mostrava apto em atendê-lo.

Mais recentemente houve a de um telefonema de Portugal, de um empresário que investe numa xilolquímica na região metropolitana (aproveitamento industrial de resina do pinus eliotti) e que deixou o homem atarantado, tal a desinformação do governo. Voltemos a uma questão: como entender racional o fim de uma secretaria que atendia especificamente o setor que respondeu nos dois últimos anos pela maior taxa brasileira de crescimento?

Sala das Sessões, em 20.03.89.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

#### JUSTIFICATIVA:

Avaliando não só o texto em epígrafe, mas os sérios transtornos que os empresários, principalmente paranaenses, vêm encontrando na solução de problemas afetos às suas áreas, sugiro que o Governo do Estado reconsidere e reative a Secretaria de Indústria e Comércio, tão necessária ao atendimento específico do setor, haja vista que, nas propagandas em que o Governador Álvaro Dias apresenta suas realizações no Estado do Paraná, afirma ter ocorrido um aumento considerável na industrialização, o que torna inconcebível a extinção da Secretaria da Indústria e Comércio.

Havendo necessidade de uma reforma administrativa, nada mais correto que iniciar-se pela extinção de secretarias sem função definida, a exemplo da Secretaria Especial para a Política Habitacional, a qual nada mais é do que um mero repassador da Caixa Econômica Federal, dando-se aproveitamento ao Secretário pontagrossense Odeni Mongruel em outra Secretaria que tenha maior desempenho no desenvolvimento do Paraná.

#### REQUERIMENTO N° 238

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja transcrito nos Anais desta Casa, a matéria publicada sob o título "Os portões se abrem, os portões se fecham", do jornalista Enock de Lima Pereira, publicada no Jornal o Estado do Paraná do dia 19.03.89.

Sala das Sessões, em 20.03.89.

(a) ERONDY SILVÉRIO

#### Projeto de Resolução:

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 006/89

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

#### R E S O L V E:

Art. 1° - O parágrafo Único do Artigo 39 do Regimento Interno, modificado pelas Resoluções ns. 49/76, 109/78 e 35/83, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 39 - .....

Parágrafo Único - As comissões permanentes compõe-se de 7 (sete) membros cada uma, salvo a Executiva que será constituída pela Mesa, e a Constituição e Justiça que terá 15 (quinze) membros".

Art. 2° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.03.89.

(a) ARTAGÃO MATTOS LÊAO

#### JUSTIFICATIVA:

É praxe na Casa, as comissões serem constituídas por número ímpar de membros.

Como a Comissão de Constituição e Justiça está com 14 (quatorze) membros, torna-se necessária esta alteração, o que não provocará mudanças no quórum para funcionamento.

Apoiamiento:

Luiz Carlos Alborghetti, Pirajá Ferreira, Antônio Anibelli, Cândido Bastos, Orlando Pessuti, José Afonso Júnior, Nei-vo Beraldin, Vera Agibert, Ferrari Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) No Pequeno Expediente com a palavra o primeiro Orador Deputado Raul Lopes.

O SR. RAUL LOPES - Senhor Presidente, Senhores Deputados. O assunto que vamos abordar é do conhecimento de todos, inclusive de todos os políticos e naturalmente requer algumas providências no que diz respeito à preocupação. Não se tem falado outras coisas nesses últimos dias nesses "Brasis" que não seja algo a respeito do Plano Verão, no que diz respeito ao congelamento, descongelamento, realinhamento de preços, reflexos da última greve!

Pacto Social já era, não se fala mais, mais de quando em vez, comenta-se um projeto de reposição salarial caso os empresários, empregados e governo não cheguem a um denominador comum. E, por último, uma lista enorme de presidenciáveis que ocupam a tribuna, ocupam as páginas de jornais para naturalmente enfocar e fazer alguma coisa a respeito do que deva ser feito à véspera de uma eleição tão importante onde o povo, o Brasil inteiro reclamou e os resultados parecem que não são de todo satisfatórios principalmente no que diz respeito à comunidade que está totalmente desmotivada à distância, a assistir, a ver o que realmente está acontecendo: uma verdadeira maratona no que concerne aos presidenciáveis. Cada um à sua forma, à sua maneira numa corrida extraordinária, buscando, naturalmente, sensibilizar o Brasil que é o mais perfeito, o mais recomendável, o mais eficiente seja fulano, beltrano e sicrano dentro desse universo de partidos que constitui toda a gama política nacional.

Mas eu vim aqui, na tribuna, para fazer algumas observações a respeito do Plano Verão. A nossa instituição, a política, está muito aquém, muito além de viver e abraçar esta causa. E nós estamos assistindo e estamos observando que ainda hoje pela manhã, assistimos no noticiário nacional, elemento responsável pelo projeto de reposição salarial, encaminhar ao Congresso Nacional e como tal, naturalmente, aos seus Estados, deixar que os Deputados por sua vez façam alguma coisa. Vejam vocês a habilidade e a estratégia de quem assim vem conduzindo o processo para que,

mais uma vez, essa grande aspiração Nacional de todos os trabalhadores, envolvendo aí os funcionários públicos de modo geral, está sendo transferida naturalmente para todos nós. Fala-se muito neste Brasil em elite dominante, uma classe elitista que tem, naturalmente, conduzido o processo até com certa responsabilidade e ninguém tem a devida coragem para identificar o que realmente vem acontecendo. Eu acho que está faltando, neste Brasil, um pouco mais de responsabilidade, de conscientização nacional para que alguém tome alguma providência. Não adianta transferir responsabilidade. Os acontecimentos levados a efeito nas últimas greves foram de ordem desastrosa. Tivemos acontecimentos vários inclusive, companheiros, atentem bem para o detalhe, aquele que diz respeito aos princípios constitucionais quando põe em risco a institucionalidade do Brasil. E parece que o pessoal não se ateu e está à distância a ver e deixar o barco passar: a situação é séria! Está fadado o acontecer algo assim que poderia trazer prejuízo para todos nós.

Tivemos em alguns Estados do Brasil onde, até onde a imprensa pôde identificar, alguma violência contra pessoas no que diz respeito a saque, pilhagem, isso é perigoso, companheiro, é perigoso porque tenho conhecimento que a acontecer mais fatos dessa natureza, alguma coisa de incomum pode acontecer. Quero crer que nós possamos fazer alguma coisa, nós políticos, na defesa, na sustentação de chamar essa classe, essa elite dominante nesse País, para um acerto. Alguém tem que perder e se tiver que perder, que percam eles, para que o trabalhador possa receber a sua reposição salarial sem que para tal seja repassado para o preço e ele não tenha condição de sobrevivência e manutenção, senão as coisas vão se inverter.

Vejam vocês a ameaça agora, recentemente, de Volta Redonda. A acontecer aquele episódio passado, nós vamos incendiar Volta Redonda, e se isso acontecer é o fim da institucionalização deste País. Atente para esse detalhe, companheiro.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Com a palavra, o Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Queridos Deputados Nilton Barbosa, Nestor Baptista e os demais que nos ouvem e prestam atenção neste instante.

Senhor Presidente, na semana passada, esta Casa, por dois dias, cerrou suas portas em apoio e em solidariedade ao movimento grevista de ordem geral, levado a efeito neste País. Talvez Senhor Presidente, Senhores Deputados, fosse interessante

e necessário até que nós os Parlamentares estaduais, tomássemos uma medida semelhante a que tomaram os trabalhadores deste País, e porque não dizer, fizéssemos também uma greve geral neste Parlamento, com duração não apenas de dois dias, mas por tempo indeterminado, até que o Governo Federal, as autoridades federais, inclusive o Congresso Nacional, houvessem por bem resolver o problema orçamentário e o problema no que diz respeito aos recursos para a agropecuária brasileira e em especial, à agropecuária paranaense.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, na condição de Coordenador do Bloco Agropecuário deste Parlamento, temos mantido diariamente contato com a organização das Cooperativas do Paraná, contatos com a Superintendência do Banco do Brasil, com Cooperativas do Interior do Estado, com produtores, com lideranças políticas, mas de nada tem adiantado Senhor Presidente, Senhores Deputados, a luta que estas Lideranças empreenderam a nível nacional, para buscar do Governo Federal, do Ministério da Agricultura, da Fazenda, para buscar inclusive, junto aos colegas Parlamentares federais uma solução para a grave situação que enfrenta hoje a agropecuária brasileira com a falta de recursos para comercialização, falta de recursos que não se refere apenas à comercialização, haja vista que ainda hoje, uma significativa parcela do trigo vendido e entregue pelos produtores ao Governo passado, não foram pagas essas parcelas aos produtores rurais, que já estão para plantar uma outra safra de trigo e que não tem um preço de garantia estabelecido e que não tem as regras e as normas de custeio, valor básico de custeio previsto para essa nova lavoura. Governo Federal que ainda não liberou em alguns casos, nem a 2.ª parcela do valor de custeio das lavouras que já estão sendo colhidas e que há uns casos, somente agora depois da colheita, é que estão liberando a parcela da colheita.

Então Senhor Presidente, é lamentável que nós tenhamos que vir aqui - não sei já por quantas e quantas vezes o fizemos - para denunciar atitudes de insensibilidade do Governo Federal que prejudicam em demasia o nosso Estado, Estado que tem na produção agropecuária, a sua parcela de maior importância na contribuição da geração de riquezas para este País e que é tratado, Senhor Presidente e Senhores Deputados, pelos organismos federais, com um total descaso, a ponto de levar à falência, a ponto de levar ao total desestímulo os nossos produtores rurais, que financiaram suas lavouras com normas estabelecidas antes do plano verão e que hoje se vêem ameaçados com os altos juros que se cobram, porque o preço do produto está

congelado, o preço do insumo e o financiamento no Banco do Brasil não é controlado pelo IPC, mas sim pelo "over night", que é pago à caderneta rural; talvez fosse hora Senhor Presidente de fazermos uma greve geral neste Parlamento, enquanto aguardamos soluções do Governo Federal para a Agropecuária brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Kury) - Com a palavra o Deputado Lindolfo Júnior.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Senhor Presidente, Senhores Deputados, apenas para registrar com muita satisfação alguns pedidos no que se refere a um Projeto de Lei que já tramita na Casa, um projeto autorizatório, onde permitimos que maiores de 16 anos e menores de 18 possam ter licença para dirigir no território do Estado do Paraná.

Recebemos telex do Deputado Lirio Rosso, da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, do Deputado Constantino Picarelli, também Deputado Estadual da Assembléia do Rio Grande do Sul e de cerca de mais de meia dúzia de Deputados de diversas Assembléias Legislativas espalhadas por esta federação, pedindo cópia de um Projeto que nós, na condição de Parlamentar do Estado do Paraná e de Presidente da Frente Nacional de defesa dos direitos da Juventude, estamos enviando e trocando informações com as demais Assembléias Legislativas, no sentido de permitir ao jovem, que ele que já conquistou um espaço muito grande no contexto nacional, o jovem que hoje contrai o contrato bancário, emitindo folhas de cheque, com a responsabilidade dos pais, o jovem que hoje pode eleger o futuro Presidente da República, que poderá definir os destinos deste País, merece também a oportunidade de administrar o seu próprio futuro.

Entramos em contato com o Diretor do Detran, Jesus Sarrão, e o mesmo vai conversar conosco a respeito dessa proposta, entramos em contato com o CONTRAN, com as diversas CIRETRANS, e contratamos inclusive Senhores Deputados, um instituto de pesquisas para analisarmos nas principais cidades deste Estado, se devemos ou não conceder esta licença especial para o nosso Estado, o Estado do Paraná.

Vale dizer que o Projeto é meramente autorizatório; e em contato com o Palácio Iguazu, e com demais autoridades do Estado, não tenho dúvidas de que receberemos o sinal verde, para que possamos dar além das obrigações e dos deveres que o jovem tem, discutiremos também, já que os tempos mudaram e no contexto nacional, o jovem ocupa um grande espaço, os direitos da nossa juventude.

Era isto, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) - Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado José Rogério Carvalho.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - Senhor Presidente, Srs. Deputados.

Novamente a suinocultura do Paraná, um segmento tão importante, principalmente no Sudoeste, no Oeste paranaense, mais uma vez, ela vem receber do governo, o tapa, vem receber numa atitude de irresponsável por parte do Governo Federal, quando autoriza mais uma vez, a importação de carne suína, para o País.

Esta autorização, por parte do Governo Federal, vem colocar em maior dificuldade do que já está, os produtores deste segmento que traz tantos benefícios para o nosso Estado; benefícios na mão-de-obra, benefícios na riqueza e na sustentação e na fixação da propriedade, lá no interior. O suinocultor, hoje está novamente em desespero; no momento em que a suinocultura estava começando a engatinhar com melhores preços, tentando chegar a atender a todo o mercado, vem agora o Governo Federal autorizando a importação do suíno.

Nós queremos protestar, queremos que esta Casa, pelo Bloco Agropecuário, pelos Deputados que a compõem, e, pelos Deputados que são ligados à área da agricultura, que enviem telex ao Ministro da Agricultura, Iris Rezende, para que ele se sensibilize com a situação do suinocultor do nosso Estado, que caminha com muita dificuldade, para poder atravessar essa onda de empobrecimento do setor.

Quando neste momento, a estrutura de produção já está quase desativada, em poucos produtores, nós queremos então, que este segmento volte a ser a riqueza, volte a ter o lugar que merece, e ter este produtor, a estabilidade e a segurança na sua produção.

É preciso respeitar os segmentos, talvez Brasília não conheça porco, talvez Brasília não conheça a suinocultura, mas, nós paranaenses conhecemos e precisamos dela.

Nós nascemos numa região, aonde a suinocultura é de fundamental importância na riqueza.

Então, protestamos, e encarecemos o apoio dos nobres Parlamentares, para que enviem então, um documento desta Casa pedindo para que o Ministro venha socorrer esta atividade, e, não atenda, não autorize mais uma vez, medidas desnecessárias para estas importações maléficas ao setor.

Então, é esta a preocupação que eu transmito a esta Casa de Leis, levantando e colocando o protesto, por parte do suinocultor deste Estado.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) - Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Ex-Presidente deste Legislativo, Deputado Antônio Annibelli.

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Parlamentares.

Após mais de dois anos ausente desta tribuna, desta trincheira, período em que tive a honra de presidir o Poder Legislativo com boa vontade e participação de todos os Parlamentares, volto hoje, falar da minha tribuna, a tribuna do meu Partido - o PMDB - para prestar uma homenagem ao nosso grande Governador Álvaro Dias. E o faço na minha volta à tribuna nesta Legislatura para dizer à nossa Assembléia e aos paranaenses da homenagem que o povo paranaense tem prestado ao Governador Álvaro Dias. E quero ressaltar que o jornal "A Folha de São Paulo", na sua edição de ontem, destaca o Governador Álvaro Dias como o Governador mais popular do Brasil, tendo atingido 58% dos paranaenses, como sendo um Governo bom, ótimo e regular.

Eu acho que o Paraná tem sido muito acanhado à nível nacional, quando aparece candidaturas à Presidência da República, de Governadores que não têm índices nenhum de aprovação pela população dos seus próprios Estados. E o Paraná, que tem no Governo do Estado, a pessoa digna, séria, competente e trabalhadora do Governador Álvaro Dias, para nós paranaenses é um orgulho. Que a Nação brasileira olhe Álvaro Dias e veja nele um jovem que possa quebrar as tradições dos políticos corruptos e desonestos que governam esta Nação. Precisamos acabar com esta profissionalização política dos "Ulisses Guimarães" da vida, presidente do meu Partido, mas que está ultrapassado. Precisamos de sangue novo nesta República, para que o brasileiro volte a acreditar na sua gente, não tenha vergonha de ser honesto, que goste e diga que pode e possa trabalhar, porque hoje em dia no Brasil dizer que se é honesto é vergonhoso, que é trabalhador é ser vergonhoso. Vemos os nossos trabalhadores, o homem da lavoura, o operário, sem preços mínimos. O trabalhador, o operário, ganhando um salário de fome, quando os governos andam aí a distribuir mordomias e fazer com que o erário público pague propagandas e pague com o dinheiro do povo.

Quero, nesta minha volta à tribuna, dizer do tanto que eu conheci o Governador Álvaro Dias, não só como meu colega Deputado Federal, mas, quando Álvaro foi Deputado Estadual, Senador da República e hoje Governador.

Nunca interferindo nos trabalhos legislativos quando tive a honra de ser Presidente, respeitando os Poderes, respeitando o Poder Judiciário, este tal-

vez seja o homem que o Brasil precisa. E nós paranaenses deixemos de ser acanhados! Vamos em frente, pegar esta liderança que se destaca a nível nacional. Nesta hora em que os "Newtons Cardosos" da vida, "Orestes Quêrcia", "Ulisses Guimarães", estão aí a fazer complôs, reuniões, às custas do dinheiro do povo dos seus Estados, para tentar fazer acordos e rachas, para tentar iludir a opinião brasileira.

Quero aqui destacar o meu apoio ao nosso Governador. Que os paranaenses deixem de ser humildes e até retraídos, mas, que avancem, porque nós temos talvez no Paraná, a solução para o Brasil. Quero pedir aos meus colegas Deputados, independente de sigla partidária. Aqui é o Paraná que fala, aqui é o paranaense que precisa. Este povo que tem sido, pelo Governo Federal, discriminado, com universidades sendo levadas para o Rio Grande do Sul, para a Bahia. Chega de baianos, de gaúchos, chega de mineiros! Queremos um paranaense que possa resgatar a dignidade do povo paranaense, o Paraná que é o celeiro da Nação, que é um dos maiores produtores de grãos deste País. Está na hora de valorizarmos a nossa gente.

Por isso, meus companheiros, eu peço que deixemos a humildade de lado. Vamos ser grandes, fazendo com que o nosso Paraná apareça a nível nacional, valorizando a presença do nosso Governador, que tem buscado a nível nacional um espaço para o Paraná, em que o povo brasileiro é devedor ao nosso Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) - Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao último orador, Senhor Deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERARDIN - Sr. Presidente, Srs. Deputados. Com muita alegria hoje que convivemos nesta tarde com os Deputados paranaenses, especialmente o Deputado Antônio Annibelli, a visita de nosso ilustre presidente, Deputado Valdir Pugliesi.

Ao mesmo tempo, viemos a esta tribuna para dizer da alegria que move todos os paranaenses em ver, em presenciar que no Brasil está despontando uma nova liderança que poderá se tornar o Presidente da República, que é o Governador Álvaro Dias. E ele tem o perfil esperado pelo povo brasileiro, pela sua juventude, pela sua seriedade com que conduz o Estado do Paraná. Daí a grande oportunidade de o Paraná oferecer para o Brasil, o candidato ideal, o nosso Governador Álvaro Dias.

Por isso, se comemoramos o espaço conquistado pelo nosso Governador, devemos comemorá-lo não só na Bancada do PMDB, mas na esperança de que todas as Bancadas, se-

ja do PFL, do PDT, PT, enfim, todos os paranaenses possam conviver junto essa alegria do progresso do povo do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Baggio) - Encerrado o Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente. Concedo a palavra ao Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Muito se tem falado a respeito do menor. Muito se tem comentado a respeito do direito do voto do menor de 18 anos, acima dos 16, e muito se tem falado também porque é que não se estende a responsabilidade ao menor também acima dos 16 anos.

Nós na nossa vivência nos meios de comunicação temos constatado que fatos profundamente lamentáveis têm envolvido menores na área de trânsito. E recentemente Curitiba foi palco de uma tragédia, porque numa batida policial, a exemplo de tantas outras que ocorreram, nós tivemos a morte de um jovem curitibano.

Se fizermos uma constatação junto ao Batalhão de Controle de Trânsito - o BPTRAN -, vamos verificar que a maioria das autuações, principalmente nos finais de semana, são relacionadas à presença de menores dirigindo veículos. Se formos às cidades menores, na Região Metropolitana, no Interior do Estado, é natural que se verifique o menor dirigindo. E este assunto do menor em relação a sua habilitação profissional como motorista já merece espaços nesta Casa. Confesso a todos que preparava um levantamento, para possivelmente, dentro da legalidade, incluir uma emenda para esta matéria. Mas, vi com satisfação e não estou nada constrangido, vi com satisfação que o Deputado José Afonso Júnior já apresentou esta emenda e assim também o Deputado Lindolfo Júnior. E me parece que encontramos um momento muito oportuno para discutirmos exatamente em cima deste assunto, porque em Brasília, no Congresso, o Deputado José Serra apresentou um projeto de lei permitindo habilitação ao menor de 18 anos. E na minha estada em Brasília neste final de semana, onde fui participar da Convenção Nacional do meu Partido - o PDT, tive oportunidade de fazer contatos e solicitar até uma cópia daquele projeto de lei, para que pudéssemos, aqui neste Plenário, com todos os Parlamentares...

O Sr. Raul Lopes - O Deputado me concede um aparte?

O SR. ALGACI TÚLIO - Na sequência, assim também como o Deputado José Afonso. Porque me parece um assunto importante

discutirmos esta matéria. E eu estou propondo até à Comissão Executiva desta Casa, a este Plenário, e há um requerimento meu na Mesa hoje, a realização de um fórum, para debatermos exatamente este problema. Vejam bem: "A apresentação do Projeto de Lei de iniciativa do Deputado José Serra que visa mudar o limite de idade para obtenção de Carteira de Habilitação para motoristas, de 18 para 16 anos, trata-se de matéria de alta indagação e de grande repercussão dentro do ordenamento legal vigente. E encaminhamos para análise desta Câmara de Deputados, no Congresso Nacional este expediente eu encaminhei para Brasília, já na última sexta-feira, encaminhamos para o Congresso, quando do exame do referido projeto de lei pelas Comissões Técnicas competentes, exposição que reflete a preocupação de um Deputado Estadual, de dois, de três, eu tenho certeza a partir de hoje, da grande maioria dos Deputados desta Casa que são representantes da população paranaense quanto a este assunto importante, que é, a concessão de habilitação para motoristas e pessoas penalmente inimputáveis e civilmente incapazes." E eu faço uma exposição de motivos, dizendo que o avanço tecnológico, as conquistas dentro do campo das comunicações levaram o homem a uma maturidade até certo ponto precoce. Hoje, um jovem de 16 anos, com a bagagem adquirida, pode ser portador de conhecimentos e condições que o habilitem a dirigir um automóvel, permitir através de Lei, que possa aos 16 anos, obter a sua carteira de habilitação para dirigir. É uma questão até pacífica, pode se afirmar, todavia, há que se questionar quando se pretende que esta possibilidade seja apenas um direito sem o correspondente dever. Em se concedendo tal direito, sem que se torne o detentor do mesmo penalmente responsável, estaremos correndo o grave risco da criação de uma nova área de criminalidade impune. E de acordo com estudiosos da matéria e eu faço questão aqui de dizer que me baseei muito nas conversas e reuniões com uma figura extraordinária, conhecedora desta área e que é um orgulho para o Estado do Paraná e para o Poder Judiciário deste Estado, que é o Dr. Otávio Cezar Valeixo, pessoa que tem sido convidada para palestras, exposições e faz parte inclusive em Brasília, de um grupo que estuda problemas da área do trânsito. Entrando em vigor a lei nesse sentido, passará a contar o Brasil de imediato, com aproximadamente 2 milhões de motoristas a mais, motoristas habilitados a dirigir, porém sem a responsabilidade pela prática de possíveis delitos de trânsito. Seria a criação de uma nova categoria de infratores sem a correspondente responsabilidade civil ou criminal, porque esta sempre recairia no

terceiro, no proprietário do veículo causador da infração.

Hoje pela lei vigente, o cidadão se torna aos 18 anos, penalmente imputável e aos 21 anos, adquire a capacidade civil plena. Todavia, pelos avanços alcançados através da nova Constituição, aos 16 anos poderá ser eleitor, poderá votar para Presidente da República, poderá obter autorização inclusive para casar-se, situação esta constitucionalmente esdrúxula, porque se pode ter o direito de votar, de ajudar a eleger o Presidente desta República, não existe o correspondente dever, ou seja, no caso inclusive de cometer uma possível infração ao Código Eleitoral, não será este menor responsabilizado.

Os índices de criminalidade em todo o País, são hoje alarmantes, não preciso aqui eu me estender sobre o assunto, porque é de conhecimento público, é notório. Segurança contra a violência de toda a sorte, desde pessoal até os delitos de trânsito, é a maior aspiração da sociedade brasileira. A impunibilidade, mesmo para aqueles que são imputáveis pelas estatísticas conhecidas, é uma realidade alarmante, porque dificilmente o aparelho judiciário, consegue responsabilizar infrator.

Temos aqui com muita honra, a presença de alguns representantes do Poder Judiciário, inclusive o Meritíssimo Juiz que tem dado muitas sentenças a respeito de matéria de trânsito. Então, Senhores Deputados, ocorrendo na grande maioria, em delitos desta área, a prescrição para a pretensão punitiva, diante desta situação onde faltam condições totais para se evitar a criminalidade dentro do trânsito, não seria uma temeridade fornecer-se habilitação para quem de antemão já se sabe inimputável, além de que ser público e notório que os crimes nesta área, em sua grande maioria, deixam de ser punidos, devido à prescrição penal, minha gente.

Lamento não ter aqui neste momento, os dados que inclusive o Dr. Otávio Cezar Valeixo, expôs durante o Simpósio de Segurança no Trânsito promovido pela Volvo do Brasil, há 15 ou 20 dias atrás, aqui no auditório Castelo Branco.

É incrível, minha gente, o que existe de processos que já prescreveram ainda dentro da área policial e ainda na área da justiça.

Pergunta-se qual a necessidade tão premente a concessão da habilitação a menor de 18 anos? Por que não se aprova ou não e desengaveta o Projeto Nena Barreto que faz uma abrangência muito grande a respeito dos delitos de trânsito, que aliás também, foi motivo de um requerimento meu, nesta Assembléia, encaminhado a Brasília, ao Ministério da Justiça, pedin-



do o desengavetamento deste projeto que há muitos anos, desde 1980 está parado na gaveta não se sabe onde, se é que ele ainda existe, se é que não deram sumiço a este projeto. Projeto que define os delitos de trânsito, tratando das penas em grau de culpa, enfim, um projeto que disciplina com grande profundidade os delitos de trânsito, encontra-se parado no Ministério da Justiça desde 1980.

A criação, como se pretende de uma nova escala, de um novo quadro de motoristas, evidentemente deveria corresponder a uma legislação de trânsito eficaz e atual, porque é de se questionar, como é que fica o menor se matar alguém por imprudência? O menor que matar alguém por negligência, o menor que matar alguém por imperícia, como ficará a situação do menor, habilitado mas que penalmente não pode responder pelo crime? Não se vê como podemos fugir da regra contida na isonomia do direito, de que todo direito deve corresponder a um dever, se hoje um dos maiores problemas com que se defronta a sociedade, é exatamente o relacionamento com menores, qual a situação que se criará com o acréscimo de mais 2 ou 3 milhões de motoristas menores, rodando pelas ruas e pelas estradas tão impunemente. Apenas citando como exemplo: as autoridades brasileiras capitularam diante do jogo do bicho e com ele assistimos hoje o que o acompanhou, que foi o narcotráfico e conseqüentemente o crime, a máfia, envolvendo inclusive menores envolvidos, constituindo-se em problema que desafia o poder constituído. A pretensão do nobre Deputado Federal ainda esbarra em outro ponto, hoje o Brasil se defronta com um enorme problema, que é o atendimento de inválidos, de incapazes para o trabalho, além das mortes de famílias em conseqüência de acidentes de trânsito provocados na maioria das vezes por irresponsáveis ao volante, inclusive menores. Não podemos esquecer, que segundo perspectiva existente para este ano de 1989, poderão ocorrer no País de 800 a 1 milhão de sinistros viários e em decorrência destes, de 45 a 50 mil óbitos serão registrados, e aproximadamente 250 mil pessoas se tornarão inválidas permanentes e cerca de 300 mil sofrerão lesões graves, o que significa que o Brasil ocupa um dos primeiros lugares no mundo, onde ocorre o maior número de acidentes de trânsito. Entre as três maiores responsáveis pelo número de óbitos no País, uma delas é o trânsito e ainda ontem, na ponte do Rio Tibagi, 7 pessoas morreram num acidente envolvendo um caminhão e um ônibus. Quero deixar bem claro que concordamos que se habilite o cidadão a dirigir após os 16 anos de idade, desde que se dê a ele a responsabilidade penal e civil deferidas. Sempre que dermos um di-

reito, há que darmos a correspondente responsabilidade, ou seja, dar-lhe o direito, mas cobrar-lhe o dever. Porque, se fugirmos desta regra, se deixarmos de atender ao princípio da igualdade, de que cada direito deve corresponder a um dever, estaremos incorrendo no risco de inconstitucionalizarmos a tese definida da integridade.

Hoje, o Código de Menores, no seu Artigo 3º, não permite sequer, a divulgação de nomes de infrações cometidas por menores, a ser apenas pela abreviatura. Só se dá o nome do menor se ele for a vítima, se ele é o causador de um delito, o seu nome não é colocado por completo, pela imprensa.

Como então, admitir-se que o menor protegido pelo Código possa legalmente, ser autorizado a fazer uso de uma máquina, que nas mãos de um irresponsável penal, poderá transformar-se numa arma de destruição de vidas e de bens. A cidade cresceu, o trânsito conturbou-se, a vida tornou-se mais rápida, e tudo é mais corrido neste País, e nós involuntariamente, ou às vezes, até irresponsavelmente, nos envolvemos em acidentes.

Imaginem, Senhores, o menor. Esta, portanto, Senhores Deputados, é a exposição que nós encaminhamos à reflexão da Câmara Federal, digo, das Comissões Técnicas da Câmara Federal, responsáveis pela apreciação do Projeto de Lei, que dispõe sobre a habilitação de motorista, a menores de 18 anos.

Quero propor então, neste momento, e depois darei os apartes aos companheiros José Afonso Júnior, que tem uma emenda nesta Casa, que trata exatamente do assunto, e na seqüência ao Deputado Raul Lopes.

Tem o aparte o Deputado José Afonso Júnior.

O Sr. José Afonso Júnior - Deputado Algaci

Túlio, eu me sinto feliz, em ver que Vossa Excelência profundo conhecedor de vários problemas que afligem o nosso Estado do Paraná, Vice-Prefeito da Capital paranaense, está preocupado também, como nós, em resolver o problema da habilitação do menor de 18 anos, e maior de 16 anos.

Nós tomamos a liberdade de propor isto na Constituinte Estadual, e agora mesmo me lembrava o Deputado Valderi Vilela, detentor de grande saber jurídico, da preocupação; ele não está contra o projeto, mas ele está preocupado quanto à inconstitucionalidade do projeto. Quero dizer, que eu me baseei nesta proposta, quando nós sabemos das autonomias que devem ser dadas, isto já era garantido na Constituição anterior, autonomia municipal e autonomia de cada Estado da Federação brasileira.

O meu projeto visa permitir ao menor



de 18 anos, que ele possa guiar veículos leves, de passeio e utilitário, uma camionete, jamais um caminhão, um ônibus, um trator.

Conseqüentemente, isto seria válido no território paranaense. Nós não estávamos extrapolando, não estaríamos indo de encontro à Constituição Federal. Nós estaríamos fazendo valer um direito nosso, que é garantir a autonomia dentro do nosso território paranaense. Consequentemente, a gente permitindo que os menores possam guiar veículos, nós sabemos que o pai conhece o filho que tem.

Eu vi a sua preocupação quanto à imputabilidade do menor; nós poderíamos fazer uma corresponsabilidade, entre o pai e o menor; e ainda me deixou feliz, uma das suas preocupações aí da tribuna, aonde Vossa Excelência mostrava com muita propriedade, e na minha justificativa vai também esta sua preocupação, se o menor pode eleger o 1º Mandatário da Nação, e se o menor eleger mal este 1º Mandatário, este Mandatário acarretará muitos males à sociedade brasileira. Então, nós não podemos discriminar o menor; nós não podemos usar o menor apenas como instrumento de voto; é discriminatório.

Se nós podemos deixar que ele vote, nós podemos deixar também que ele conduza o seu veículo; e nós sabemos por dados estatísticos, percentuais, que os menores guiam muito bem. Nós sabemos, temos aí estatisticamente falando, inclusive, causa um mal estar, porque o menor, ele guia inseguro, ele guia com medo, porque ele não tem uma autorização. Muitas vezes ele rouba o carro do pai. E ele tendo a possibilidade de ter esta autorização, não precisaria ser uma carteira, mas uma autorização para guiar no território paranaense, eu acredito que nós iríamos contornar, em parte, esta dificuldade e esta discriminação que nós assistimos que o menor de 18 anos e maior de 16 está passando.

De maneira que eu me sinto feliz ao finalizar, em saber que Vossa Excelência está preocupado com o Projeto, de saber que o Deputado Lindolfo Júnior não entrou na Constituinte como eu, entrou com uma Lei Ordinária e também está preocupado. Noto que o Deputado Raul Lopes também está preocupado e isso nos possibilita um clima favorável, onde nós haveremos de pensar sem paixão, nós haveremos de pensar com muita responsabilidade, quem sabe, como disse Vossa Excelência, ouvindo a Ordem dos Advogados, ouvindo tantas capacidades jurídicas que nós temos, para encontrar uma co-responsabilidade para também imputar ao menor a responsabilidade por qualquer acidente que venha ocorrer com o veículo.

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito Obrigado, Deputado José Afonso Júnior e veja, Deputado, que feliz coincidência...

O Sr. Valderi Mendes Vilela - Eu requeiro um aparte a Vossa Excelência.

O SR. ALGACI TÚLIO - ... na seqüência.

Exatamente no dia em que nós debatemos o problema da habilitação do menor aos 16 anos, nós temos a satisfação de recebermos nas galerias da Casa, muitas crianças, trazidas por professoras não sei de que colégio, quem sabe diretoras de creches, que vieram a Assembléia trazer as crianças para conhecer este Plenário, esta Casa, que é a Casa de Leis do Estado do Paraná, onde os Parlamentares fazem as Leis.

Que feliz coincidência, nós trazermos para o debate esse assunto hoje aqui para esta Casa.

Isto é muito importante.

Eu concedo o aparte ao Deputado Raul Lopes, homem sobejamente conhecedor da área de segurança, por seu longo período de homem ligado à Corporação da Polícia Militar, ex-Comandante daquela Corporação e ele, tenho certeza, fará uso em outras ocasiões e até mesmo do debate que nós vamos promover aqui nesta Casa, até de palestras, dizendo da sua vivência nesta área como Comandante de uma tropa, que tem sob sua responsabilidade exatamente a vigilância, a guarda do trânsito na cidade.

Tem o aparte o Deputado Raul Lopes.

O Sr. Raul Lopes - Deputado Algaci Túlio, muito obrigado por estas referências, por estas avaliações, este perfil que Vossa Excelência me dá a honra de declinar.

Eu ouvi, atentamente, a sua exposição, o trabalho maravilhoso, o tratado jurídico, com base em alguns conceitos, com base em algumas consultas e na experiência de um grande companheiro que milita na área do trânsito como é o Dr. Valeiro.

Conheço, como assim o prezado companheiro e outros tantos preclaros políticos desta nossa Assembléia Legislativa, mas, eu confesso, companheiro Algaci Túlio, estou muito preocupado.

No Brasil parece que há o entusiasmo de desenvolver, meio que sem um processo de avaliação, para, naturalmente, conquistar, levado pela emoção, pelo interesse, levado para a paixão.

Estamos, agora, vivendo um novo dia neste Brasil, que é o da emancipação.

Emancipação do menor, para que ele possa ter acesso, participação e integrando-se na sociedade, poder, naturalmente, agora, dirigir um veículo.

Hoje, eu me deslocava de casa para esta Assembléia e via o quanto está conturbado o nosso trânsito de Curitiba,

e o quanto está naturalmente em todas as grandes cidades do Brasil. O Brasil cresceu, o Brasil tem hoje um número expressivo de veículos em circulação nas grandes metrópoles, nas grandes cidades, e pelo que nós estamos observando, a começar por Curitiba, eu tenho certeza que o vosso Prefeito, o qual admiro bastante, o arquiteto Jaime Lerner, deverá desenvolver, e até deve estar desenvolvendo alguma coisa neste sentido.

Nós estamos com Curitiba, naturalmente, sem nenhum preparo, sem um planejamento adequado, ajustado para dar condições de que o veículo possa fluir normalmente dentro de Curitiba.

Há um congestionamento, e há quem diga que o no espaço até de 5 anos se alguma coisa não for feita em Curitiba, ninguém mais consegue andar de automóvel dentro de Curitiba.

Vossa Excelência disse mais, profetizando através de avaliações de dados estatísticos que, se acontecer esse estado de coisas, dentro de alguns anos nós vamos ter um contingente de mortes, de paraplégicos, de aleijados, enfim, levados naturalmente por esse grande problema que é o trânsito, essa máquina que tem corroborado de uma forma extraordinária, matando de uma forma violenta os transeuntes e causando acidentes dos mais desastrosos possíveis na área do Brasil, em especial de Curitiba.

Eu participei de um Congresso, em 1984, em Brasília num Encontro Nacional de Trânsito, onde as autoridades ali presentes ligadas ao CONTRAN e ao DENATRAN e os "experts" de todos os Estados brasileiros ali presentes passaram a apresentar uma série de emendas dentro do Código Nacional de Trânsito. Até temos como um dos grandes artifícios da nova redação do Código Nacional do Trânsito, que é egresso da minha instituição e indicado pelo DENATRAN do Paraná e hoje ocupa a Presidência do DENATRAN do Brasil, que é o Capitão Sakamoto.

Naquela oportunidade nós assistíamos e víamos naturalmente a sociedade preocupada e ali, por unanimidade, todos eles se manifestaram contra essa manifestação. De sorte que o Deputado Algaci, não quero me alongar. Vossa Excelência disse muito bem quando analisou e enfocou, e é motivo de nós aqui estudarmos, debatermos porque o risco é muito grande, e eu não me atreveria indiscutivelmente entregar essa emancipação só porque ele teve a emancipação de votar, de poder votar no Presidente, e como tal sentir-se preparado para dirigir um veículo, um veículo leve e não um caminhão. Não é o caminhão que mata, é o veículo leve também.

Então, nós temos de ter um pouco de cuidado e não é no entusiasmo, no calor e

no afã deste momento político, deste momento constitucional que nós vamos naturalmente ceder ao menor esse direito de ele poder dirigir, como disse muito bem a lei penal não lhe dá esse direito evidentemente e transfere ao pai a responsabilidade criminal quando ele assim o comete e se envolve no acidente.

De sorte que eu parabeno o seu trabalho maravilhoso, e estou com o companheiro e vou analisar profundamente em ocasião oportuna.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O seu tempo está esgotado, mas Vossa Excelência poderá usar o Horário das Lideranças.

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito obrigado, Senhor Presidente. Na sequência eu darei o aparte ao Deputado Valderi Mendes Villela.

Citando um exemplo bem recente: no Bairro das Mercês há 15 ou 20 dias 2 garotos, um deles havia passado no vestibular, o pai deu um carro para o garoto menor de 18 anos de idade, e a tragédia aconteceu. O menor desenvolvendo alta velocidade atropelou um garoto na calçada, arrastando-o debaixo de um portão, onde acabou morrendo o garotinho Adilson Batista de Souza de apenas 11 anos de idade e filho de família pobre. O atropelador de família bastante relacionada, da família Bufren. O menor André Bufren era quem dirigia o automóvel.

Pois bem: esse inquérito sumário foi para a delegacia de trânsito e estranhamente o delegado no seu parecer disse simplesmente que não havia responsável sobre o acidente, não havia ninguém a se responsabilizar pela morte do pequeno Adilson e que o caso era encaminhado ao Juizado de Menores e da parte da Delegacia de Trânsito estava encerrado. Eu confesso que fiquei abismado quando recebi esta informação, vou inclusive procurar a delegacia competente que fez o inquérito sumário para tirar uma cópia do parecer deste delegado. Porque, na verdade, isto aí ocorre bastante, isto aí prova que, lamentavelmente, quando famílias tradicionais que dão veículo na mão de seus filhos acabam, de uma maneira ou de outra conseguindo se desvencilhar de uma situação difícil. E é por isso que nós teremos que discutir este assunto, é por isto que esta Casa precisa se preocupar. Porque, vejam bem, o Coronel Vieira um companheiro nosso, uma pessoa de uma admiração extraordinária responsável pelo BPTRAN, dizia um dia destes no jornal "Diário Popular": "Durante o decorrer de 1988, 221 menores foram encaminhados à Delegacia de Proteção ao Menor depois de terem sido detidos dirigindo automóveis.

Somente este ano, conforme o próprio Coronel Viêira diz, mais de 90 jovens! e estamos aí a menos de 3 meses deste ano, mais de 90 jovens com idade entre 13 e 17 anos, já foram detidos por estarem dirigindo veículos pelas ruas da cidade. É realmente um quadro assustador e nós Parlamentares estaduais e federais temos a obrigação de analisar e estudar, de nos aprofundarmos detalhadamente para podermos encontrar uma saída, para podermos, evidentemente, achar uma saída para essa situação. Porque eu entendo que um garoto, hoje, com 16 anos sabe de tudo, ele já pode casar, já pode votar, ele praticamente por si só já se emancipa. A televisão que é o grande veículo de comunicação hoje é a responsável por esta liberdade aos jovens. Então parece-me que nós estamos indo em cima de um assunto que já deveria ter merecido há muitos anos atrás um estudo mais profundo. Porque não retroagir a responsabilidade ao menor? Porque só aos 18 anos? Só porque foi criado na época da ditadura, na época em que o jovem realmente tinha que ter, 20, 25 anos de idade para ser mais maduro, hoje um jovem com 15 anos sabe tudo. Ele enfrenta tudo quanto é lugar. Então, realmente, nós temos que discutir esse assunto. Quero conceder aparte ao Deputado Valderi e na sequência ao Deputado Lindolfo Júnior.

O Sr. Valderi Mendes Vilela - Deputado Algaci Túlio, nós acompanhamos Vossa Excelência no assunto da habilitação do menor aos 16 anos. Nós temos outros problemas relacionados com esse Deputado. Neste país as reformas das nossas legislações são feitas muito no afogadilho e a gente vem acompanhando, como esse caso que Vossa Excelência citou, na nossa vivência na advocacia, muitos e muitos casos aonde não havia responsável por ressarcimento, a proceder ressarcimento aos danos causados por um menor na direção de um veículo. Quando alertava o Deputado José Afonso Júnior sobre a inconstitucionalidade do Projeto, nós já sabíamos, já acompanhamos isso por ocasião da discussão da Constituinte Nacional e nós temos certeza de que poderia ser modificado tudo. A responsabilidade hoje aos 16 anos de idade poderia ser imputada também, porque se tem o direito, veja bem, ele não é obrigado, tem apenas o direito de votar, é facultado a ele o direito de voto, ele tem de recorrer ao Poder Judiciário quando ele quer casar também com essa idade, então teríamos que modificar o Código Penal que, no meu entendimento, está totalmente superado. O nosso Código de Processo Civil também já está superado. Nova legislação deveria ser feita abrangendo todo esse assunto, e especialmente a responsabilidade penal do me-

nor aos 16 anos. Mas, nobre Deputado teríamos aí um outro problema: responsabilizá-lo, às vezes não resolve todo o problema. Aos 16 anos de idade ele não tem ainda a sua vida própria, capaz de suportar o ônus que ele pode causar com a sua independência, a sua emancipação. É isso que nós também temos que alertar e verificar a viabilidade a curto, a médio e a longo prazo.

Eu me lembro que quando foi feita a reforma do Código de Processo Civil, que foi feita no afogadilho, tudo pela vontade que nossos legisladores têm de fazer tudo correndo.

Esse é um assunto que Vossa Excelência deveria voltar a trazê-lo nessa tribuna para que fosse discutido com mais tempo e mais amplamente.

Parabenizo Vossa Excelência por ter trazido o assunto na sessão de hoje...

O SR. ALGACI TÚLIO - Fico devendo aparte ao Deputado Lindolfo Júnior, já que esgotei completamente o Horário da Liderança e só para completar, dizer que há na Mesa um requerimento de minha autoria, propondo a instalação para os dias 30 e 31 próximos, no período da tarde, após as 16 horas, para não atrapalharmos as Comissões Temáticas da Constituinte, um Fórum de Debates exatamente a respeito desse assunto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Concedo a palavra à representação do PL:

(Declina)

Concedo a palavra à representação do

PT.

(Declina).

Concedo a palavra à representação do

PFL.

(Declina).

Concedo a palavra à representação do

PDS.

(Declina).

Concedo a palavra à representação do

PDC.

(Declina).

Concedo a palavra à representação do

PTB.

(Declina).

Concedo a palavra à representação do

PTN.

(Declina).

Concedo a palavra à representação do

PSDB.

(Declina).

Concedo a palavra à representação do

PMDB.

(Declina).

Encerrado o Horário das Lideranças,

passa-se à

ORDEM DO DIA.

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando os nomes dos Senhores Deputados que irão compor as Comissões Permanentes desta Casa. À Direção Legislativa, para os devidos fins).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Cândido Bastos, com apoio do Senhor Deputado Pirajá Ferreira, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de n. 24/89, bem como a inversão da Ordem do Dia da presente sessão. Aprovado.

De conformidade com o requerimento acima aprovado:

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 24/89, de autoria do Tribunal de Justiça (Ofício n° 14/89), que altera a Lei n° 7.297, de 08 de janeiro de 1980 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná) e dá outras providências. EM ANEXO Ofícios n° 0272, da Procuradoria Geral da Justiça do Estado, que encaminha Projeto de Lei que dispõe sobre a classificação do Ministério Público e altera dispositivo da Lei n° 5.849, de 25 de setembro de 1968; e sob n° 226/89, do Senhor Presidente do Tribunal de Contas do Estado, que encaminha proposta que dispõe sobre os vencimentos dos membros do corpo Deliberativo do Tribunal de Contas do Paraná. PARECER ATRAVÉS COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, CONFORME REQUERIMENTO APROVADO EM SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 16.03.89, DE AUTORIA DA DEPUTADA VERA AGIBERT. Relator DEPUTADO ERONDY SILVÉRIO. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no DA. n° 06, de 07.03.89).

PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO  
PROJETO DE LEI

Dispõe sobre a classificação de membros do Ministério Público e altera dispositivo de Lei n° 5849 de 25 de setembro de 1968, e dá outras providências.

Art. 1º - O artigo 65, da Lei 5.849, de 25 de setembro de 1968, com a redação dada pela Lei n° 7.073, de 28 de dezembro de 1978, passa a ter no seu § 3º a seguinte redação:

"Art. 65 - .....  
§ 1º - .....  
§ 2º - ....."

§ 3º - Os Promotores de Justiça de entrância especial auferem 90% (noventa por cento) dos vencimentos determinados para o Procurador Geral de Justiça".

Art. 2º - Aos atuais Promotores de Justiça de entrância final, ativos e inativos, são assegurados para todos os efeitos legais, os direitos, vantagens e classificação de entrância especial.

Parágrafo Único - Os Promotores de Justiça de entrância final em exercício na data da publicação desta Lei, terão prioridade no preenchimento dos cargos da entrância especial.

Art. 3º - O vencimento básico do cargo de Promotor de Justiça Substituto é fixado em NCz\$ 1.012,45 (um mil doze cruzados novos e quarenta e cinco centavos).

Parágrafo Único - A quantia mencionada, são aplicadas as variações percentuais na forma disciplinada no artigo 57, inciso XI, da Constituição Estadual, observada a dotação orçamentária própria.

Art. 4º - A presente lei entra em vigor na data da publicação e seus efeitos financeiros vigoram a partir de 01 de janeiro de 1989.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
DO ESTADO

Aplicação ao Ministério Público do Estado do Paraná, com o cálculo de verba de representação de 170% com a criação da entrância especial.

PROCURADOR GERAL DA JUSTIÇA

Vencimento	NCz\$ 1.714,61
Representação	NCz\$ 2.914,83
TOTAL	NCz\$ 4.629,44

PROCURADORES DE JUSTIÇA (5%)

Vencimento	NCz\$ 1.628,88
Representação	NCz\$ 2.769,10
TOTAL	NCz\$ 4.397,98

ENTRÂNCIA ESPECIAL (10%)

Vencimento	NCz\$ 1.543,15
Representação	NCz\$ 2.623,36
TOTAL	NCz\$ 4.166,51

ENTRÂNCIA FINAL (10%)

Vencimento	NCz\$ 1.388,83
Representação	NCz\$ 2.351,01

TOTAL	NCz\$ 3.749,84
-------	----------------

## ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA (10%)

Vencimento	NCz\$ 1.249,95
Representação	NCz\$ 2.124,92
-----	
TOTAL	NCz\$ 3.374,87

## ENTRÂNCIA INICIAL (10%)

Vencimento	NCz\$ 1.124,95
Representação	NCz\$ 1.912,42
-----	
TOTAL	NCz\$ 3.037,37

## PROMOTORES DE JUSTIÇA SUBSTITUTOS (10%)

Vencimento	NCz\$ 1.012,45
Representação	NCz\$ 1.721,17
-----	
TOTAL	NCz\$ 2.733,62

Sobre o referido Projeto, emenda substitutiva geral de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, nos seguintes termos:

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO  
PROJETO DE LEI N. 24/89

Art. 1º - A Lei n. 7.297, de 08 de janeiro de 1980 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná), passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 77 - .....

§ 1º - É vedada a percepção, a qualquer título, de gratificação adicional por tempo de serviço diversa da que trata o "caput" deste artigo".

Art. 2º - A tabela de vencimentos dos membros da Magistratura passa a ser o seguinte:

Desembargador	- 1.543,24
Juiz do Tribun. de Alçada	- 1.465,98
Juiz de Entrância Final	- 1.388,82
Juiz de Entrância Inter.	- 1.249,94
Juiz de Entrância Inicial	- 1.124,94
Juiz Substituto	- 1.012,45

Parágrafo Primeiro - As variações percentuais que incidirem sobre a remuneração da magistratura federal são aplicadas às mencionadas quantias, observada a dotação orçamentária própria.

Parágrafo Segundo - Os adicionais por tempo de serviço, atualmente pagos a título diverso do estabelecido pelo "caput" do art. 77 da Lei n. 7.297, de 08 de janeiro de 1980, com a modificação introduzida pela Lei n. 7.878, de 04 de julho de 1984, estão incorporados nos valores de vencimentos fixados por este artigo.

Parágrafo Terceiro - A gratificação adicional prevista no art. 77, da Lei n. 7.297, de 08 de janeiro de 1980, com a redação que lhe foi dada pela Lei n. 7.878, de 04 de julho de 1984, tem como suporte de incidência de cada percentual o vencimento e a verba de representação (Lei n. 8.089, de 05 de junho de 1985) percebidos pelos Magistrados não incidindo no valor agregado dos adicionais decorrentes de quinquênios anteriores.

Art. 3º - A tabela de vencimentos dos membros do Ministério Público, passa a ser a seguintes:

Procurador Geral da Justiça	- 1.543,14
Procurador da Justiça	- 1.465,98
Promotor de Entrância Final	- 1.388,82
Promotor de Entrância Inter.-	1.012,45

Parágrafo Primeiro - As variações percentuais que incidirem sobre a remuneração da magistratura federal são aplicadas às mencionadas quantias, observada a dotação orçamentária própria.

Parágrafo Segundo - A gratificação adicional de que trata o artigo 37 inciso VIII, da L.C. Federal n. 40 de 14.12.81, com o critério estabelecido pela L.C. n. 42, de 01.06.88, tem como suporte de incidência de cada percentual o vencimento e a verba de representação, não incidindo no valor agregado dos adicionais decorrentes de quinquênios anteriores.

Parágrafo Terceiro - É vedada a percepção, a qualquer título, de gratificação adicional por tempo de serviço, diversa da mencionada no parágrafo anterior.

Parágrafo Quarto - Os adicionais por tempo de serviço, atualmente pagos a título diverso do previsto no § 2º, deste artigo, estão incorporados nos valores de vencimentos fixados por este artigo.

Artigo 4º - O vencimento básico dos Conselheiros do Tribunal de Contas do Paraná é fixado em NCz\$ 1.543,14.

Parágrafo Primeiro - As variações percentuais que incidirem sobre a remuneração da magistratura federal são aplicadas às mencionadas quantias, observada a dotação orçamentária própria.

Parágrafo Segundo - Aplicam-se integralmente os critérios, de vantagens e restrições sobre gratificação adicional de tempo de serviço, estabelecidos nos §§ do artigo 3º desta Lei.

Art. 5º - Estendem-se aos inativos da Magistratura, do Ministério Público, e Conselheiros do Tribunal de Contas, as vantagens e os respectivos critérios de aplicação definidos na presente Lei.

Art. 6º - A presente lei entra em vigor da data da sua publicação e os seus efeitos financeiros vigoram a partir de 1º de março de 1989, revogadas as disposições

em contrário.

Sala das Sessões, em  
(a) ERONDY SILVÉRIO

COMISSÃO GERAL  
PROJETO DE LEI N. 24/89  
DA CONSTITUCIONALIDADE

P A R E C E R:

Da análise da matéria de autoria do Tribunal de Justiça, da Procuradoria Geral da Justiça do Estado e do Tribunal de Contas, constata-se que os mesmos estão devidamente justificados consoantes os preceitos Constitucionais vigentes.

Nestas condições sob o aspecto da Constitucionalidade, nada há que obste a tramitação da matéria nesta Casa.

Portanto, somos de parecer FAVORÁVEL pela APROVAÇÃO, na forma da Emenda Substitutiva Geral em anexo.

Sala das Comissões, em 20.03.89.  
(a) ERONDY SILVÉRIO

COMISSÃO GERAL  
AO PROJETO DE LEI N. 24/89  
ASPECTOS FINANCEIROS

P A R E C E R:

Sob o aspecto financeiro, verifica-se que as propostas anexadas no Projeto de Lei n. 24/89, prevêm que a despesa concernente é oriunda dos orçamentos próprios das instituições proponentes.

Em razão disto, nosso parecer é FAVORÁVEL pela APROVAÇÃO, na forma da Emenda Substitutiva Geral já apresentada no parecer da constitucionalidade.

Sala das Comissões, em 20.03.89.  
(a) HERMAS BRANDÃO

COMISSÃO GERAL  
DO PROJETO DE LEI N. 24/89  
DOS RECURSOS HUMANOS

P A R E C E R:

Dada a competência da área de Recursos Humanos, consideramos de suma importância tal propositura, pois certamente virá de encontro, com outras medidas de caráter administrativo, relacionadas à política de pessoal das instituições envolvidas, tais como treinamento, aperfeiçoamento e outras atividades relativas ao desenvolvimento de pessoal.

Sem dúvida o aspecto salarial refletir-se-á diretamente no fator motivação para o trabalho, levando-se em consideração ainda, a crise econômica por que passa a sociedade em geral.

Concernente ao mérito da matéria, nosso parecer é FAVORÁVEL pela sua APROVAÇÃO, na forma da Emenda Substitutiva Geral, que engloba as propostas que originaram o Projeto de Lei n. 24/89.

Sala das Comissões, em 20.03.89.  
(a) NAMIR PIACENTINI.

Curitiba, segunda, em 20.03.89

A Mesa designou o Deputado Erondy Silvério para examinar o parecer perante a grande Comissão na questão da constitucionalidade.

Com a palavra, o Senhor Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados. - Comissão Geral - parecer ao Projeto de Lei n. 24/89 - da Constitucionalidade.

Da análise da matéria de autoria do Tribunal de Justiça, Procuradoria Geral do Estado e do Tribunal de Contas, constata-se que os mesmos estão devidamente justificados consoantes os preceitos constitucionais vigentes.

Nestas condições, sob o aspecto da constitucionalidade, nada há que obste a tramitação da matéria nesta Casa.

Portanto, somos de parecer favorável pela aprovação, porém na forma de substitutivo que passarei a ler.

(L2):

COMISSÃO GERAL  
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DO  
PROJETO DE LEI N. 24/89.

Súmula: Dispõe sobre os vencimentos da Magistratura, do Ministério Público e dos Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado e dá outras providências.

Art. 1º - A Lei n. 7.297, de 08 de janeiro de 1980 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná), passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 77 - .....

§ 1º - É vedada a precepção, a qualquer título, de gratificação adicional por tempo de serviço diversa da que trata o "caput" deste artigo".

Art. 2º - A tabela de vencimentos dos membros da Magistratura passa a ser a seguinte:

Desembargador	- 1.543,14
Juiz do Trib. de Alçada	- 1.465,98
Juiz de Entrância Final	- 1.388,82
Juiz de Entrância Interm.	- 1.249,94
Juiz de Entrância Inicial	- 1.124,94

Parágrafo Primeiro - As variações percentuais que incidirem sobre a remuneração da magistratura federal são aplicadas às mencionadas quantias, observada a dotação orçamentária própria.

Parágrafo Segundo - Os adicionais por tempo de serviço, atualmente pagos a título diverso do estabelecido pelo "caput" do art. 77 da Lei n. 7.297, de 08 de janeiro de 1980, com a modificação introduzida pela Lei n. 7.878, de 04 de julho de 1984, estão incorporados nos valores de vencimentos fixados por este artigo.

**Parágrafo Terceiro** - A gratificação adicional prevista no art. 77, da Lei n. 7.297, de 08 de janeiro de 1980, com a redação que lhe foi dada pela Lei n. 7.878, de 04 de julho de 1984, tem como suporte de incidência de cada percentual o vencimento e a verba de representação (Lei n. 8.089, de 05 de junho de 1985) percebidos pelos Magistrados não incidindo no valor agregado dos adicionais decorrentes de quinquênios anteriores.

**Art. 3º** - A tabela de vencimentos dos membros do Ministério Público, passa a ser a seguinte:

Procurador Geral da Justiça	- 1.543,14
Procurador de Justiça	- 1.465,98
Promotor de Entrância Final	- 1.388,82
Promotor de Entrância Intermediária	- 1.249,94
Promotor de Entrância Inicial	- 1.124,94
Promotor Substituto	- 1.012,45

**Parágrafo Primeiro** - As variações percentuais que incidirem sobre a remuneração da magistratura federal são aplicadas às mencionadas quantias, observada a dotação orçamentária própria.

**Parágrafo Segundo** - A gratificação adicional de que trata o artigo 37 inciso VIII, da L.C. Federal n. 40 de 14.12.81, com o critério estabelecido pela L.C. n. 42, de 01.06.88, tem como suporte de incidência de cada percentual o vencimento e a verba de representação, não incidindo no valor agregado dos adicionais decorrentes de quinquênios anteriores.

**Parágrafo Terceiro** - É vedada a percepção, a qualquer título, de gratificação adicional por tempo de serviço, diversa da mencionada no parágrafo anterior.

**Parágrafo Quarto** - Os adicionais por tempo de serviço, atualmente pagos à título diverso do previsto n. § 2º, deste artigo, estão incorporados nos valores de vencimentos fixados por este artigo.

**Art. 4º** - O vencimento básico dos Conselheiros do Tribunal de Contas do Paraná é fixado em NCz\$ 1.543,14.

**Parágrafo Primeiro** - As variações percentuais que incidirem sobre a remuneração da magistratura federal são aplicadas às mencionadas quantias, observada a dotação orçamentária própria.

**Parágrafo Segundo** - Aplicam-se integralmente os critérios, de vantagens e restrições sobre gratificação adicional de tempo de serviço, estabelecidos nos §§ do artigo 3º desta Lei.

**Artigo 5º** - Estendem-se aos inativos da magistratura, do Ministério Público, e Conselheiros do Tribunal de Contas, as vantagens e os respectivos critérios de aplicação definidos na presente Lei.

**Artigo 6º** - A presente lei entra em

vigor na data da sua publicação e os seus efeitos financeiros vigoram a partir de 1º de março de 1989.

Sala das Sessões, em  
(a) ERONDY SILVÉRIO  
Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Namir Piacentini, para relatar sobre problema financeiro.

O SR. NAMIR PIACENTINI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, parecer do Projeto de Lei n. 24/89 de Recursos Humanos.

Dada a competência da área de Recursos Humanos, consideramos de suma importância tal propositura, pois certamente virá de encontro com outras medidas de caráter administrativo, relacionadas à Política de pessoal das instituições envolvidas, tais como treinamento, aperfeiçoamento e outras atividades relativas ao desenvolvimento pessoal, sem dúvida o aspecto salarial refletir-se-á diretamente no fator motivação para o trabalho, levando-se em consideração ainda, a crise econômica porque passa a sociedade em geral; concernente ao mérito da matéria, nosso parecer é favorável pela sua aprovação, na forma da emenda substitutiva geral, que engloba as propostas que originaram o Projeto de Lei n° 24/89.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado José Afonso Júnior, para relatar pela Comissão dos Recursos Humanos.

O SR. JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Senhor Presidente. Comissão Geral: Parecer ao Projeto de Lei n° 24/89, aspectos financeiros.

Sobre o aspecto financeiro verifica-se que as propostas anexadas no Projeto de Lei n° 24/89, prevêem as despesas, concernentes, são oriundas dos orçamentos próprios das instituições proponentes.

Em razão disto, nosso parecer é favorável pela aprovação, na forma da emenda substitutiva geral, já apresentada no parecer da constitucionalidade.

Sala das Sessões, em 20.03.89.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação os pareceres.  
APROVADOS.

O SR. NILTON BARBOSA - Pela ordem, Senhor Presidente. Sr. Presidente, gostaria que fosse registrado nos Anais da Casa, a presença do nosso querido prefeito de Cruzeiro do Oeste, nossa terra natal, Antônio



Scopado que nos honra com a sua presença.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa registra com satisfação a presença do prefeito de Cruzeiro do Oeste, Antônio Scopado.

Em votação.

O SR. PEDRO TONELLI - Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem a palavra, para encaminhar, o Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Sr. Presidente, Srs. Deputados que prestigiam esta 1.<sup>a</sup> sessão de trabalho da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, desta semana.

O projeto de lei ora em discussão e votação, que nessa 1.<sup>a</sup> discussão e votação trata da sua constitucionalidade, queremos de antemão manifestar a nossa posição que, constitucionalmente, não temos nada a contestar ao Projeto de iniciativa do Tribunal de Justiça, inclusive seria uma contradição, nós nos contrapormos aqui, a uma postura que já adotamos no final do ano passado, que julgamos como um desrespeito à nova Constituição, quando aqui votamos, no começo do ano, matéria do interesse do Tribunal de Justiça e com iniciativa do Executivo, e não por iniciativa do Poder Judiciário, que tem pleno direito de tomar iniciativa sobre assuntos que são do seu interesse, porque é conquista da nova Constituição.

O que nós queremos questionar aqui hoje? Principalmente chamar a atenção para as discussões posteriores que teremos. É sobre os números ora apresentados e fazer um paralelo entre a matéria que está em discussão hoje e àquelas que faltariam ser tratadas neste Parlamento, que são as de interesse dos demais servidores do Estado do Paraná. Com base nisso é que quero fazer uma lembrança retroativa sobre este Projeto que está em discussão e votação.

Nós recebemos uma matéria de iniciativa do Tribunal de Justiça, aonde era solicitado um ajuste retroativo a cinco de outubro, onde era solicitado para o Juiz substituto, NCz\$ 300,00 (trezentos cruzados novos); Juiz de entrância inicial, NCz\$ 333,00; Juiz Entrância Intermediária, NCz\$ 370,00; Entrância Final, NCz\$ 411,00; Tribunal de Alçada, NCz\$ 439,00 e Desembargador, NCz\$ 462,00. O que aprovamos, de iniciativa do Executivo, nós, não todos, mas, o Parlamento aprovou, foi aprovado em janeiro, retroativa a janeiro, que dava NCz\$ 473,00 ao Substituto e chegava até NCz\$ 730,00 ao Desembargador que era o maior.

O que está sendo solicitado agora é retroativo a 1.<sup>o</sup> de janeiro e há um reajus-

te de 113%, com exceção dos Juizes do Tribunal de Alçada e os Desembargadores que têm uma solicitação de 135% e 134%, respectivamente, aos demais, 113,76%.

Primeira consideração: as justificativas são completamente procedentes. As duas alegações são a compensação financeira em função do desconto de renda e é também a defasagem entre os juizes paranaenses e os juizes dos outros Estados, é uma alegação procedente. Achemos a princípio a proposta completamente justa, entretanto, o que nós queremos chamar a atenção do Senhor Presidente e Senhores Deputados é de que aprovando esta matéria, que é uma matéria justa do ponto de vista moral, pois o que os integrantes do Tribunal de Justiça estão solicitando é apenas os 44% que nós negamos aqui neste Parlamento, mais os 70% de corrosão de inflação real que houve em janeiro. É isto que eles estão solicitando. Então, 70% de inflação, mais os 44% que foi negado através da manutenção do veto aqui, há duas semanas atrás, é isto que está sendo solicitado.

Agora, é de se perguntar, não aos integrantes do Tribunal de Justiça, porque eles não têm culpa por isso, mas ao Executivo, e é de se perguntar a este Poder Legislativo: como é que vai ficar nossa cara, como é que nós seremos tratados amanhã, porque nós estamos aprovando aqui uma reposição real para o Tribunal de Justiça e estamos de boca calada, estamos votando a manutenção que não dá aos demais servidores do Estado. Não dá nem os 39%, nem se fala da inflação de janeiro. Como é que vai ficar, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a nossa postura?

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, seria mais do que justo que hoje nós aprovássemos, que amanhã nós aprovássemos o mérito desse Projeto, porque é justo, é uma reivindicação completamente justa. Mas, há uma necessidade ainda maior de que nós estabelecêssemos um grau de isonomia para com todos os funcionários públicos do Estado do Paraná, porque todos recebem do mesmo cofre, todos são da mesma caixa, dos mesmos impostos e do mesmo sacrifício da população do Paraná.

Então, deveria este Poder exigir imediatamente do Executivo uma Mensagem que conceda uma reposição justa como está sendo exigida pelo Tribunal de Justiça, que dê os 39% e mais os 70% da inflação de janeiro e que não usem mais a desculpa do plano verão, porque é uma desculpa demagógica, que ninguém mais acredita e a greve geral mostrou que o Governo está errado e que os trabalhadores é que estão certos, porque o plano é simplesmente arrochante e recessivo. Esse é o objetivo do plano.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, quanto à constitucionalidade da

matéria que é objeto de votação de hoje, não temos nada a contestar. Simplesmente chamo a atenção deste Poder para que o absurdo cometido há duas semanas atrás não aconteça mais e para que haja um empenho pleno dos Parlamentares de todos os Partidos que aqui estão, para que tratemos com isonomia todos os que prestam serviço público ao Estado do Paraná: o Tribunal de Justiça, o Tribunal de Contas, os delegados, os servidores da administração direta e indireta, das autarquias, todos terão que ter a mesma voz, a mesma posição, porque senão mais uma vez estaremos aqui neste Parlamento tomando atitudes discriminatórias, tomando atitudes corporativas, tomando atitudes com tratamento desigual com parte dos servidores que prestam serviços ao Estado do Paraná.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, vamos a partir de hoje, implementar aqui uma luta, uma luta como a dos magistrados, que no ano passado, além dos reajustes normais concedidos ao funcionalismo, eles receberam um aumento considerável dos salários, pela incorporação dos quinquênios aos seus vencimentos, e agora estão exigindo o que a lei lhes dá direito e o que os dados do Governo lhe concedem como direito. Vamos nos colocar a serviço dos demais porque senão eles estarão marginalizados, e amanhã ou depois nós vamos ver a fila dos sem-terras, a fila da favela acrescida por falta de atenção deste Poder.

Era isso, Senhor Presidente, era isso, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Aribal Khury) - Em votação o Substitutivo Geral apresentado pela Comissão Geral que se constitui nesta Casa. Os Senhores Deputados que aprovam o Substitutivo Geral, queiram conservar-se como estão, isso sem prejuízo das mensagens anunciadas na Ordem do Dia que estão também aprovadas.

O Projeto passa à 2ª Discussão na sessão de amanhã com o Substitutivo Geral.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela ordem) - Senhor Presidente, mais uma vez para registrar as presenças honrosas do ex-Deputado Estadual e Deputado Federal Nelson Friedrich, do Vereador Eduardo Asseti, do Vereador Santos Soares, da cidade de Maringá.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aribal Khury) - A Mesa registra com satisfação a presença dos ilustres visitantes.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 203/88, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César, que declara de Utilidade

Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DO COLÉGIO ESTADUAL PADRE CARLOS ZELESNY - ENSINO DE PRÉ-ESCOLAR 1º e 2º GRAUS, com sede e foro em Ponta Grossa. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.D.C., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. nº 66, de 23.06.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 203/88

PARECER:

O presente plano de lei, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César, postula seja declarada de Utilidade Pública, a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DO COLÉGIO ESTADUAL PADRE CARLOS ZELESNY- ENSINO DE PRÉ-ESCOLAR, 1º e 2º GRAUS, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa.

Analisado sob o crivo da legislação pertinente à espécie, verifica-se que o projeto está plenamente em concordância com os parâmetros nela estabelecidos - lei nº 6994, de 10 de janeiro de 1978, inexistindo, conseqüentemente, impeditivos legais para sua normal tramitação e aprovação.

Nestas condições, esta Comissão manifesta-se favoravelmente a sua aprovação.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 09.08.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

JOSÉ AFONSO JÚNIOR

Relator.

COMISSÃO DE DEFESA AO CONSUMIDOR  
PROJETO DE LEI Nº 203/88

PARECER:

Vindo a esta Comissão para dar o seu devido Parecer, o presente Projeto de Lei nº 203/88, de autoria do Nobre Deputado Djalma de Almeida César, que visa declarar de Utilidade Pública, a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DO COLÉGIO ESTADUAL PADRE CARLOS ZELESNY - ENSINO PRÉ-ESCOLAR.

A citada entidade através da documentação anexada ao Projeto de Lei em tela, principalmente pelo Relatório de Atividades, vem realmente confirmar haver interesse para o Consumidor a sua Declaração de Utilidade Pública Estadual.

Assim sendo, de conformidade com a Resolução nº 26/83, que cria e reza da competência desta Comissão de Defesa ao Consumidor, é o nosso Parecer.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.09.88.

(aa) PAULO FURIATTI

Presidente

JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

Relator.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº

201/88, de autoria do Deputado Valderi Vilela, que declara de Utilidade Pública o SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE BANDEIRANTES, com sede e foro no Município de Bandeirantes. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.D.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Em anexo Projeto de Lei nº 205/88, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que versa sobre a mesma matéria). Aprovado. (Publ. no DA. nº 66, de 23.06.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 201/88

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado Valderi Vilela, objetiva o presente plano de Lei declarar de Utilidade Pública, o SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE BANDEIRANTES, com sede e foro no Município de Bandeirantes.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela aprovação do presente Plano de Lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.08.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

DAVID CHERIEGATE

Relator.

COMISSÃO DE DEFESA AO CONSUMIDOR  
PROJETO DE LEI Nº 201/88 e 205/88

PARECER:

Os ilustres Deputados Valderi Mendes Vilela e Hermas Brandão, apresentaram Projeto de Lei visando declarar de Utilidade Pública o SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE BANDEIRANTES, com sede e foro no Município de Bandeirantes.

A presente proposição cumpre todas as formalidades impostas pela Lei nº 6994, de 10 de janeiro de 1978, que regula a matéria.

O parecer é Favorável.

Sala das Comissões, em 27.09.88.

(aa) PAULO FURIATTI

Presidente

HAROLDO RODRIGUES FERREIRA

Relator.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 66/88, de autoria do Deputado Werner Wanderer, que declara de Utilidade Pública, a ASSOCIAÇÃO LUZ ENCAMINHA, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no DA. nº 17, de

Curitiba, segunda, em 20.03.89

04.04.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 66/88

PARECER:

O presente plano de lei de autoria do nobre Deputado Werner Wanderer tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO LUZ ENCAMINHA - com sede e foro nesta Capital.

Encontra-se o processado devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente a matéria- Lei nº 6.994, de 10.01.78, inexistindo portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.09.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

BASÍLIO ZANUSSO

Relator.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 45/88, de autoria do Deputado Valderi Vilela, que declara de Utilidade Pública o MOVIMENTO GNÓSTICO UNIVERSAL DE CURITIBA, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no DA. nº 10, de 15.03.88.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 45/88

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado Valderi Vilela, objetiva o presente Plano de Lei declarar de Utilidade Pública, o MOVIMENTO GNÓSTICO UNIVERSAL DE CURITIBA, com sede nesta Capital.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela aprovação do presente Plano de Lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.09.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

CÂNDIDO BASTOS

Relator.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 240/88, de autoria do Poder Executivo, (Mensagem nº 97/88), que objetiva a con-

cessão de pensão mensal de valor equivalente a 2 (dois) salários-mínimos de referência à ALZIRA LEITE DA SILVA, viúva do ex-Suplente de Delegado de Polícia José Terto da Silva. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.P. e C.D.H., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 234/88, de autoria do Deputado Erondy Silvério, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Doutor José Hosken de Novaes. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 233/88, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE LIBERTAÇÃO DE VIDAS DE APUCARANA- ALVA, com sede e foro no Município de Apucarana. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 212/88, de autoria do Deputado Orlando Pessuti e outros, que denomina de Rodovia Doutor Jean Maurice Faivre, o trecho da BR-487, compreendido entre o Distrito de Três Bicos, no Município de Cândido de Abreu, até o entroncamento com a BR-373, no Município de Ipiranga, Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### EM VOTAÇÃO

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 303/88, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que autoriza o Poder Executivo instituir e explorar novas modalidades de concursos lotéricos. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por maioria. **Em votação.**

O SR. ALGACI TÚLIO (Para encaminhar)- Senhor Presidente, Senhores Deputados. O Projeto de autoria do Deputado Orlando Pessuti, autoriza a criação de mais uma loteria no Estado, a explorar uma nova modalidade de concursos lotéricos, ele volta agora, já retirado em outras ocasiões, retorna agora para discussão. Em que pese o respeito que merece o autor do Projeto, nós não entendemos qual é a sua intenção, porque já existe no Paraná, nós já temos a loteria estadual, já temos a Lotopar e agora se pretende implantar mais uma modalidade de loteria para deixar o povo mais miserável ainda do que já está, na esperança de um dia ficar rico. Jogos como o que se pretende, tipo loterias, não deixam de ser uma enganação para o povo, que vê nestes, uma possibilidade de enriquecimen-

to fácil e deixa de comprar o pão, o leite, de comprar mais alguma coisa para a família, para investir os seus minguados recursos nas promessas, nos sonhos, nas ilusões. E diz o projeto que o resultado líquido do jogo destinar-se-á a aplicações em programas e projetos de natureza social, esportiva e cultural. Diz assim no projeto: "O resultado líquido dos jogos instituídos na forma desta lei, obtidos após deduzidas do valor global das apostas, computadas as despesas de custeio e de manutenção de serviço, o valor do prêmio e as cotas dos encargos sociais incidentes sobre a receita bruta de cada sorteio, destinar-se-á a aplicações em programas de projetos de natureza social, esportiva e cultural." Ora, nunca se jogou tanto neste País como agora. Bilhões são arrecadados semanalmente através dos jogos lotéricos. Dizem que a renda é para fins sociais, culturais e até esportivos. E eu pergunto: quem é que já viu onde vai todo esse dinheiro? Por acaso as instituições sociais não estão falidas? E eu poderia aqui numerar uma dezena delas, principalmente aqui na capital do Estado do Paraná, que sobrevivem de bingo, de promoções e ainda no último sábado nós promovemos um bingo para o "Recanto dos Velhinhos do Tarumã", entidade já de muitos anos em Curitiba que recolhe velhinhos que vêm de todos os cantos do Paraná. Volta e meia estamos aí promovendo bingos, para tantas entidades com fins filantrópicos. Onde é que vai esse dinheiro das loterias? Para onde vai esse dinheiro, pergunto? Com estas entidades, todas elas praticamente falidas! Só sobrevivem graças ao apoio da comunidade, tem muita gente anônima que não faz absoluta questão de aparecer, mas está lá todo dia, dando duas, três horas ou meio dia de serviço para ajudar na limpeza, no lavar a roupa, na comida, no tratamento daqueles idosos e das crianças que fazem parte destas instituições. Aonde é que vai esse dinheiro da Loteria Esportiva, da Lotopar, dinheiro de tantos outros tipos de prognósticos esportivos que são utilizados e aplicados neste País? Hoje existe praticamente uma indústria de bingo no País. É a forma de sobrevivência destas entidades, caso contrário, todas elas fechariam as suas portas.

Então, Senhores Deputados, eu acho que aprovarmos mais um projeto, criarmos mais uma espécie de loteria, a mim me parece que é apenas para criar mais ilusão na cabeça do pobre e que cada vez fica mais miserável, na ilusão de um dia ficar rico e ser notícia nacional.

Por isso, da minha parte, e eu tenho a certeza que é o pensamento da Bancada do meu Partido, o PDT, nesta Casa, nós votaremos contra este Projeto. Não há cabimen-

to se criar mais uma espécie de loteria aqui no Estado do Paraná.

Nós temos até problemas com a Lotopar, e ninguém sabe, ninguém tem como fiscalizar, quando se gastou para implantar a Lotopar, quando se gastou só para a sua implantação e como é distribuído este rateio, essa despesa, esse dinheiro, com máquinas caríssimas? Será que está dando lucro para o Paraná, para poder ser distribuído para as entidades? Parece-me que não, porque senão não estaria eu, o companheiro Alborghetti, o companheiro Pirajá Ferreira, toda semana dando prendas para bingos e festas, para manter essas entidades abertas.

Por isso, nós votamos contrário a este Projeto de Lei.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Pedro Tonelli e posteriormente ao Deputado Alborghetti.

O SR. RAUL LOPES - Senhor Presidente, para encaminhar, solicito a minha inscrição.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Esse Projeto, nós começamos a discussão e votação dele há três meses. É um parto difícil e nós cada vez mais estamos convictos de que não podemos mais permitir que nesta Casa de Leis, aprovemos projetos desta natureza. Não podemos mais permitir que constem das leis do Estado do Paraná, pois já simbolizam nossa Casa de Leis como a "fábrica de ilusões", porque nós sabemos muito bem que o jogo é conhecido popularmente como "jogo de azar", porque azar da maioria e sorte da minoria. Nós desta Casa de Leis, se continuarmos aprovando projetos dessa natureza, vamos ficar marcados como o Poder que é o patrocinador da "fábrica de ilusões".

Com o perdão do Parlamentar autor desse Projeto, nós estamos convictos de que temos que votar contra projetos desse tipo. Digo mais, o Estado de São Paulo, ficou conhecido como o "escândalo da raspadinha". Parece-me que se nós assim procedermos, cria-se uma loteria aqui, outra lá; no orçamento está previsto 27 bilhões de cruzados. Para investimentos lotéricos? Amanhã ou depois, esta Casa estará constituindo CPIs para apurar casos de corrupção, desvio de "grana" pública, como foi o caso do "escândalo da raspadinha" lá em São Paulo.

Temos preocupações mais urgentes, mais necessárias e justificáveis para nos preocupar. Investimentos lotéricos é para países onde a população tem superívit, tem sobra de recursos, que podem se dar ao luxo de jogar na sorte.

Curitiba, segunda, em 20.03.89

Nós temos problemas de moradia, falta de saúde, de educação, de comida, falta de emprego e são essas as preocupações que temos, e não ficar nos preocupando com aqueles que se deliciam através dos jogos lotéricos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Dizer que eu não discordo do Deputado Algaci seria mentira, seria mentira se eu não discordasse do Deputado Pedro Tonelli; mas é um Projeto autorizatório, naturalmente o Governador vai dizer se vai instalar ou não vai instalar.

Mas, realmente, a gente fica sentado no plenário, começa a prestar atenção, começa a fazer uma auto-análise e chega a um túnel que parece que não tem retorno. Eu não sei, permitam-me, Senhores Deputados, se o Deputado Algaci Túlio tem um programa de rádio, eu tenho um programa de televisão e outros companheiros têm programas de rádio, nós passamos por esta forma de procura; como uma senhora chegou agora em meu Gabinete e eu pedi que ela fosse ao Gabinete do Deputado Algaci Túlio, porque ela vai mandar uma filha para os Estados Unidos e não tem dinheiro, Senhores, para levar a filha para ser salva nos Estados Unidos. Eu precisei fazer uma campanha enorme para conseguir mil aparelhos de surdez, eu consegui, Senhores Deputados, mil aparelhos de surdez. Vou entregar uma grande parcela na região metropolitana e outra parcela no norte do Paraná, onde eu comecei a entregar 300 aparelhos recentemente. Agora, confesso aos Senhores, não é fácil, todo mundo fala que existem verbas para o social, eu até hoje não vi, nunca vi na minha vida nenhuma verba para assistência social, eu estou implorando verba para ajudar, não dar bolsas de estudos, mas auxílio bolsa, uma pequena parcelazinha para cada estudante, é uma briga que eu estou tendo com o Governo do Estado, para que ele auxilie não só a nossa Bancada, mas todas as Bancadas nesta Casa.

Agora, analisando atentamente o pronunciamento do Deputado Algaci e de outros Deputados nesta Casa, eu não sei para onde vão os recursos, confesso aos senhores, como o Deputado Cândido me disse agora pouco: "se houver corrupção, eu acho que o Governo está aberto para se apurar a corrupção."

Se o Governador prega moralidade, nós temos que ir até lá comprovar a sua moralidade. Agora, confesso aos senhores, eu nunca vi, eu gostaria que me mostrassem

onde que estão os recursos da Sena, da outra que é para trás, a outra que é para a frente, eu não entendo disso, da Loto, de uma série de jogos que existe neste País, eu gostaria que me mostrassem. Porque os nossos Gabinetes, Senhores Deputados, vivem abarrotados de gente; hoje, eu sempre faço isso, isso é problema meu, não tenho que dar satisfação a ninguém, mas uma vez por mês eu faço a triagem no meu Gabinete e passaram agora, inclusive está lá para quem quiser ver, quase mil pessoas passaram ali para buscar algumas sacolas contendo mantimentos, arroz, feijão, etc., dinheiro, internamento, como a maioria dos senhores fazem, como a maioria. Se vem alguém lá de Bandeirantes, vai procurar quem? O Deputado Valderi; se vem alguém de Cascavel vai procurar o Deputado David Cheriegate (o Senhor me deve três passagens, três passagens que eu dei sábado para o Senhor, está lá anotado o endereço dos seus eleitores, o Senhor não estava aqui na Casa; uma cortesia minha, do meu Gabinete, minha a Vossa Excelência).

Então, a gente vê milhares e milhares de pessoas batendo à nossa porta, eu gostaria até que esse Projeto fosse aprovado, é autorizatório, mas se o Governo aprovasse, mandasse o recurso para os nossos Gabinetes, acabaria essa miséria que bate às nossas portas.

Talvez seja eu, Senhores Deputados, Senhores do meu Partido, da oposição, talvez seja eu, o Deputado Algaci, o Deputado Pirajá, nós que temos três grandes programas na crônica. talvez sejamos nós os mais alvejados, eles batem à nossa porta e não aianta dizer que o Deputado Algaci não atende, porque seria muita sem-vergonhice da minha parte dizer que não, o Gabinete lotado, o meu lotado, os demais lotados, mas é maior do que o do Valderi, do ilustre Deputado, é maior do que o do Deputado Cândido, porque nós somos um chamaris, eles batem à nossa porta; Deputado Valderi, Vossa Excelência também me deve três aparelhos de surdez; quer dizer, então esse é o problema.

O Projeto é autorizatório, autoriza o Governo a colocar mais um tipo de jogo no Estado do Paraná, mas eu gostaria de saber para onde é que vão esses recursos. É duro você vê, você aprova, tudo bem; mas você não vê o retorno.

Gostaria de ver o retorno; eu ouço muito falar que gasta-se dinheiro com a parte da loteria para treinar os jogadores, que vão para a Copa; e o povo passando fome; miséria em cima de miséria; qual dos Senhores Deputados aqui que não deve em farmácia? Qual dos Senhores Deputados aqui que tem uma verba de assistência social? Diga ... quinhentos cruzados por

mês; a menos que o Presidente aumentou a verba de assistência social; se for mesmo mil cruzados não dá para pagar farmácia, nem o pensionato que a gente deve aí, para internar doentes.

Quer dizer, perdoem-me, eu acho que o povo vem é atrás dos Senhores Deputados. É aqui que eles vêm buscar guarida, buscar soluções e o remédio para as suas curas. É o maior problema, Senhores Deputados, ilustres Deputados Nimir Piacentini, de Campo Mourão, o maior problema que bate à porta dos nossos gabinetes na Assembléia Legislativa, e nenhum de nós temos verbas suficientes para ajudar o povo, é a miséria; pessoas querendo tratar o dente, e não têm dinheiro; pessoas querendo bolsa de estudo, não têm dinheiro; pessoas querendo comida, não tem comida, pessoas querendo uma cadeira de rodas, não tem, pessoas querendo uma muleta, não tem; pessoas querendo fazer exame ginecológico, e não tem; pessoas querendo fazer uma operação, não tem. Então, como é que têm verbas? Onde é que está a verba destes órgãos que existem no Brasil?

Para onde é que vai? Se a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, é o próprio retrato da miséria, os corredores que aqui estão; é o próprio retrato da miséria. Você vê todos os dias nesta porta gente pedindo comida. É passagem, é remédio, são internamentos ... agora há pouco saiu daqui uma Senhora, que queria dinheiro, 150 cruzados, porque o INPS, não lhe dava respaldo total da sua operação; e ela veio aonde? Aos nossos gabinetes. Está lá com uma lista, e acho que vai passar pelos gabinetes dos Senhores, buscando dez mil, 20, 30, 40, 50. Então, eu não sei na realidade Deputado Basílio Zalusso, não sei para onde é que vão os recursos do social que aparecem todos os dias na TV deste País; não existe gente! não existe, quem me provar; eu queria que me trouxessem uma prova, para aonde é que vão os recursos.

Se tivesse estes recursos, o País estaria bem; não teria miséria, não teria sofrimento, todo mundo teria direito à farmácia, remédio, teria tudo. Tem gente aí que não tem dinheiro para comprar uma calcinha para a sua esposa e nem um sutiã; nem às peças íntimas têm condições. Não tem.

O Projeto é ... autorizo o governo; autorize ele a colocar mais um jogo no Paraná; não sei se isto vai dar resultado.

Não sei ... porque até agora eu não sei aonde estão aplicados os recursos da Lotopar, no Paraná.

Gostaria tanto de saber, quem sabe, tem alguma instituição da minha região que está sendo aplicado, e lamentavelmente, eu não sei; mas até gostaria, e vou pedir ao Deputado Cândido, que



me oriente, que a gente possa pedir informações para saber; agora, se for para aplicar um novo jogo no Paraná, que os recursos venham para os nossos gabinetes, mas tudo certinho, tudo com documentos para não dizer que nós somos ladrões, gigolôs, vagabundos, canalhas e gigolôs do dinheiro público, e vamos dar para o povo.

É um ponto de vista meu.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) Ainda para encaminhar concedo a palavra ao Deputado Raul Lopes.

O SR. RAUL LOPES - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu também vou me manifestar contrário a este Projeto. Não me convenceu a súmula dele, cujo destino e aplicação seria para aquela atividade, fim.

Fala-se muito em Assistência Social, tudo pelo social neste Brasil, mas, as coisas não andam muito bem, não. Eu acho e já disse nesta tribuna, através de artigo, rádio e televisão, que a maior placa, veja bem, que a maior placa que o Governo poderia hoje fazer, inaugurar, a esta comunidade brasileira, seria se investisse mais no social. Há uma corrida desenfreada, megalomaniaca em cima dessa campanha para Presidente da República, gastando-se exorbitância a nível nacional e nada, absolutamente, em cima do que realmente deveria.

Hoje, o Deputado Pedro Tonelli fez uma observação muito importante a respeito desse n. 24/89 do Tribunal de Contas e Justiça, não sou contra, evidentemente, mas, essa reposição salarial foi aqui nesta Casa contestada, negada, retirada, de todo o quadro do funcionalismo público. Vamos tentar, realmente, retomar, fazer para que se dê extensividade e não se discrimine aqueles que realmente necessitam e precisam. Não vou contra, vou votar a favor, como já me manifestei, hoje e amanhã. Mas, vamos pôr os pés no chão e vamos tentar fazer alguma coisa em prol dessa comunidade.

Não entro mais em detalhes porque os Deputados que me antecederam já declinaram de perfil o quadro angustiante, aflitante, deste País.

O SR. FERRARI JÚNIOR - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) Para encaminhar eu concedo a palavra ao Deputado Basílio Zanusso, posteriormente ao Deputado Valderi Mendes e depois ao Deputado Ferrari Júnior.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Serei o mais breve possível, porque sobre este projeto nós já

nos manifestamos anteriormente sempre contrário. Como disseram os oradores que se pronunciaram, com exceção do Deputado Alborghetti, contrários ao Projeto, porque não é mais possível, jogo do bicho duas vezes por dia. Loteria Estadual, Federal, Loteca para frente, atrás, quer dizer, é um círculo, não é?

Agora, eu quero discordar do Ilustre Deputado Alborghetti quando, aliás não discordo, retifico, quando ele diz que não sabe para onde vai o dinheiro do jogo do bicho de outros jogos não oficiais. Instituiu-se, por exemplo, extração do jogo do bicho no Paraná, do Governo Richa para cá duas vezes por dia, antes era uma vez, e a Assembléia criou uma CPI do Jogo do Bicho, então, passamos a ter duas vezes por dia, aí ficou bonito". Agora, se o Deputado Alborghetti, o mais votado desta Casa, Deputado não só o mais votado e será na próxima eleição sem a maior dúvida o mais votado do Paraná, provavelmente uma das votações mais expressivas do Brasil, por quê? Por sua competência, tem um programa seu de televisão, que conseguiu à custa de sua inteligência e perspicácia. E eu sou testemunha, meu gabinete é no segundo andar, do edifício ao lado e me constrange, como hoje, passar em frente ao gabinete do Deputado Alborghetti e tinha, certamente, mais de uma centena de pessoas a espera de algum atendimento nesta área social, que se dedica tanto o Deputado Alborghetti e a Casa toda sabe desse trabalho incansável, invejável, que faz o ilustre Deputado Alborghetti, que o Paraná reconhece.

Agora, o Deputado Alborghetti não sabe para onde vão esses recursos. Imagine nós, Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós da Oposição, nós sentimos, alguns recursos durante as campanhas eleitorais do outro lado, mas, que nós também reconhecemos a procedência. Para dizer que eu concordo com o que diz o Deputado Alborghetti. Para o pobre não chega, para o homem da vila, do bairro. O Deputado Alborghetti diz que uma pessoa tinha dificuldade em mandar o seu filho para o exterior para salvar sua vida. Nós conhecemos centenas de pessoas paranaenses que não podem vir da sua cidade do interior à Capital. Era desnecessário dizer porque todos os Senhores Deputados conhecem a realidade brasileira e do Paraná, mas, a intenção minha, eu me estendi além da intenção, foi para ratificar mais uma vez o meu voto pessoal contra o projeto do Deputado Orlando Pessuti que lamentavelmente não está aqui para defendê-lo.

Obrigado.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - (Para encaminhar) Senhor Presidente, Senhores Deputados.



Nós ouvimos atentamente as palavras do Deputado Algaci Túlio e do Deputado Luiz Carlos Alborghetti a respeito desta matéria. Nós já tivemos oportunidade de várias vezes manifestar a nossa posição contrária ao Projeto e fazemos mais uma vez pelas próprias razões que esta Casa e o povo do Paraná têm conhecimento. O Deputado Luiz Carlos Alborghetti dizia da sua assistência social que ele faz e de público aqui nesta Casa, e eu quero agradecer a ele por ter atendido também o pessoal da minha cidade, da minha região de Bandeirantes, aliás, ele sempre tem feito isso.

Mas, Senhor Presidente, Senhores Deputados, autorizar o Chefe do Poder Executivo a criar mais um jogo no Paraná, daqui a alguns dias nós teremos a criação da loteria da casa própria. Só falta isso no Paraná e no Brasil. Nós não podemos explorar mais o povo do que estamos fazendo atualmente.

Nós sabemos hoje, Senhor Presidente, que o Estado paga à entidade denominada Cotelengo 50 centavos de diária para cada um dos seus assistidos e para o asilo dos velhos 80 centavos por dia. Então, meus nobres Deputados, esse repasse da verba social é que está mal esclarecida no Paraná e no Brasil, mais em especial no Brasil porque não há nada a não ser a propaganda na televisão que se diz finalidade social.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós não podemos concordar, primeiro porque é uma despesa também muito grande em torno da execução dessa nova loteria, e o Projeto também autoriza a explorar novas modalidades de concursos lotéricos. É muito abrangente, é mais um cheque em branco na loteria que nós passamos ao Executivo. Por isso, o nosso voto foi, continua e será sempre contrário à aprovação da matéria.

Era isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O SR. FERRARI JÚNIOR (Para encaminhar) Nobre Presidente, este projeto de lei do eminente companheiro Orlando Pessuti, autoriza o Poder Executivo a instituir e explorar novas modalidades de concursos lotéricos. Existe no Estado do Paraná um cidadão que só cuida do jogo, cidadão de nome Nassib, parece-me. Não tenho relacionamento com ele, mas me parece que é Nassib. Vive dos cofres públicos para explorar jogo, não presta contas a Deputados, pelo menos a este Deputado, não dá atendimento que o Deputado mereceria, e o tipo de jogo que existe no Paraná foi instituído por esta Assembléia por proposta de um Deputado hoje Líder da Bancada do PMDB. E o Deputado Alborghetti perguntou com muita propriedade para onde vai o dinheiro que ele não sabe, e ele se vê doido na Assem-

bléia para atender a tantas pessoas que o procuram como os demais Deputados e não sabe para onde vai esse dinheiro.

E nós, além disso, não temos o direito de dar ao atual Governador, aos futuros Governadores de instituir jogos à vontade no Paraná sem consultar a Assembléia Legislativa. Se o Governo tiver amanhã a idéia de lançar algum jogo no Estado do Paraná, para prestar atendimento a alguma entidade assistencial, muito bem, eu acredito que vai ter o apoio desta Casa. Mas primeiro é preciso pedir autorização da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Portanto, com o maior respeito que tenho ao meu particular amigo e companheiro, colega Orlando Pessuti ou a idéia do Pessutti deve ser a melhor possível, contudo não há condição de aprovar esse projeto. Eu acho que precisa haver maior respeito a esta Assembléia, principalmente por aqueles que fazem o jogo do Paraná como esse cidadão que cuida do jogo no Paraná e não faz outra coisa. É uma vergonha até, o Governo do Paraná cuidar de jogo de azar.

Então voto contra.

Obrigado.

O SR. VALDERI MENDES VILELA (Pela Ordem) -

Quero parabenizar o Deputado Ferrari Júnior pela lembrança que nos trouxe a esta Casa, da atual situação das loterias do Paraná. Parabenizá-lo sendo ele um homem do PMDB, que só faz isso porque é um Deputado correto, um Deputado que está voltado aos interesses do Paraná e não só do interesse do Partido do Governo.

Obrigado.

O SR. EZEQUIAS LOSSO (Pela Ordem) Para manifestar, Sr. Presidente, a minha posição contrária a esse projeto de lei, apresentando as mesmas razões e adotando as razões que foram levadas à tribuna pelos eminentes Deputados que me antecederam, e disseram da inconveniência da aprovação do projeto de lei sem demérito ao seu eminente autor.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) Em votação o Projeto de Lei nº 303/88. - Rejeitado.

Sobre a mesa, requerimento de nº 200, de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 190, de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 182, de autoria do Senhor Deputado Werner Wanderer, constante, do expediente de sessão anterior. Apro-

vado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 204, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 228, de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 216, de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 207, de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 188, de autoria da Sra. Deputada Vera Agibert, constante do expediente de sessão anterior. Prejudicado.

Requerimento de n° 197, de autoria dos Srs. Deputados Algaci Túlio, Basílio Zanusso e demais Srs. Deputados, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 187, de autoria do Sr. Deputado Pirajá Ferreira, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 215, de autoria da Sra. Deputada Vera Agibert, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 203, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 208, de autoria do Sr. Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 209, de autoria do Sr. Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 210, de autoria do Sr. Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 211, de autoria do Sr. Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 213, de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 231, de autoria do Sr. Deputado Cândido Bastos, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 171, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado.

(A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de n° 172, de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 173, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 174, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 175, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 176, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 177, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 178, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 179, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 180, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 181, de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 183, de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 184, de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 186, de autoria do Sr. Deputado Paulo Furiatti, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 191, de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 192, de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 193, de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À

Requerimento de n° 198, de autoria do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 201, de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente. Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta ata.)

Requerimento de n° 202, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 205, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 206, de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 214, de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 218, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 219, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Em votação.

O SR. CÂNDIDO BASTOS (Para discutir) - Só a título de informação parece-me que a redação foi lida que, para o fórum, um requerimento no sentido de que se verifique a concessão de expedição de carteiras para menores de 15 anos?

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) Para menores de 18 anos, maiores de 16 anos.

O SR. CÂNDIDO BASTOS - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) - Aprovado.

Requerimento de n° 221, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 222, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 223, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 224, de autoria do Sr. Deputado Raul Lopes, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 220, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 225, de autoria do Sr. Deputado Raul Lopes, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 226, de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 229, de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 230, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 232, de autoria do Sr. Deputado Esequias Losso, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 233, de autoria do Sr. Deputado Esequias Losso, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 234, de autoria do Sr. Deputado Esequias Losso, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 235, de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 236, de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 237, de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 238, de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de n° 239, de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 240, de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 241, de autoria dos Srs. Deputados José Rogério Carvalho e Nereu Carlos Massignan, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

O SR. CÂNDIDO BASTOS (Pela Ordem) Sr. Pre-

sidente, eu apelaria ainda a Vossa Excelência, no sentido de que fizesse gestões junto às lideranças partidárias, para que indicasse os membros das comissões permanentes, porquanto parece-nos que somente o PMDB fez as indicações e os demais Partidos ainda não o fizeram.

No sentido de que as Comissões, com as indicações, naturalmente, feitas pelos Srs. Líderes Partidários, possam se instalar e continuar seus trabalhos normais na Assembléia Legislativa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) -

Esta Presidência defere e faz um apelo aos Srs. Líderes para que indiquem os membros das comissões permanentes desta Casa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 21, às 14:30 horas, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

- 3.<sup>a</sup> Discussão - dos Projetos de Lei n° 212, 234 e 240/88.
- 2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n° 45, 66, 201, 203/88 e 24/89.
- 1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n° 15 e 36/89.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO EDMAR LUIZ COSTA, EM SESSÃO DO DIA 20 DE MARÇO DE 1989.

#### "AS MANCADAS IMPERDOÁVEIS"

Acumulam-se as mancadas do pessoal da Secretaria do Trabalho quando presta informações de interessados em processos da antiga Secretaria de Indústria e Comércio. Não faz muito tempo o investidor da fábrica de sucos de cítricos de Paranavaí ficou se batendo dois dias em Curitiba, porque ninguém se mostrava apto em atendê-lo.

Mais recentemente houve a de um telefonema de Portugal, de um empresário que investe numa siloquímica na região metropolitana (aproveitamento industrial de resina do pinus elliottis) e que deixou o homem atarantado, tal a desinformação do Governo. Voltemos a uma questão: como entender racional o fim de uma secretaria que atendia especificamente o setor que respondeu nos últimos dois anos pela maior taxa brasileira de crescimento?"

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA

Curitiba, segunda, em 20.03.89

CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ERONDY SILVÉRIO, EM SESSÃO DO DIA 20 DE MARÇO DE 1989.

"OS PORTÕES SE ABREM,  
OS PORTÕES SE FECHAM

Enock de Lima Pereira

Os portões de ferro são abertos bem cedo, dando passagem aos que fazem a última caminhada. De cada lado do percurso as placas marcam as datas do alegre dia do nascimento e do inevitável dia da morte. É a comunidade silenciosa que aumenta sempre e nos contempla e nos espera para o reencontro quem sabe em que dia, quando virá? Quando nossos dias terminarem a nossa longa noite, nossa desconhecida noite tiver começo.

Os portões de ferro se abriram para tantos, nossas mães e pais, nossos parentes, nossos amigos. E os nossos jornalistas agora reunidos, o Renato Muniz Ribas, o nosso Reinaldo Egas, das descomprometidas noites, desaparecido da agenda, como desaparecidos estão o Milton Camargo, o Geraldo Russi, o Percival Charquetti, o Mezzomo, o Arnaldo Busato, o Ducastel Nicz, o José Cury.

Nossa mesa vai ficando vazia e as cadeiras desocupadas na ampulheta do tempo. Nossas conversas diminuem, nossas alegrias também, na grande indagação em saber se valerá a pena ter vivido para sofrer a perda dos que gratificavam nossa vida. Horas passando, horas somando ausências. Do último dos nossos mortos vivas ainda as horas passadas principalmente na Lapa, ponto geográfico que Renato sempre fez questão de colocar nos corações de todos nós, nas conversas ao redor do quibe do Zarrur, no bilhar e nos bailes da sociedade provinciana.

O casarão da Lapa agora ficou mais quieto, podemos lembrar do grande relógio marcando as horas que não voltam mais. O casarão da Lapa fica com os passos silenciosos do Renato, com certeza nos aguardando para o grande encontro, inevitável, que será gratificante, e por que não? Na certeza de que só o Nada é o Absoluto. Pois se os portões de ferro são abertos bem cedo, bem cedo também se fecham..."

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO LINDOLFO JÚNIOR, EM SESSÃO DO DIA 20 DE MARÇO DE 1989.

PRESIDENTE DO IBC ACUSA MINISTRO DE PROCURAR FAVORECER OS AMIGOS

Brasília - Além do pedido de duplicação do subsídio para uma venda de café so-

solúvel para a União Soviética, o Ministro do Desenvolvimento Industrial, Roberto Cardoso Alves, encaminhou dois outros pleitos para favorecer amigos e que foram rejeitados pela direção do Instituto Brasileiro do Café (IBC), por os considerar inconvenientes para os interesses do País.

"A indústria de pleitos é a mais vigorosa hoje no País. Para ela, nunca há recessão" - comentou o presidente do IBC, Jório Dauster, para deputados da Comissão de Fiscalização da Câmara, ao relatar os pedidos do Ministro.

No final de dezembro passado, Cardoso Alves enviou ao IBC proposta da empresa Keide, de Marília-SP, considerada "interessante" pelo ministro e "inconveniente" pelo IBC, para realizar a padronização (classificação e ensacamento) de 1,5 milhão de sacas dos estoques do Governo, ao preço de 15 OTN por saca, com custo total de US\$ 15 milhões, livre de despesas de impostos, frete e sacaria. Depois de um segundo despacho do Ministro reclamando de demora na resposta - "até ser dada, o café já virou adubo", reclamou - Jório Dauster respondeu ser desnecessária a despesa, já que o IBC dispunha de máquinas para processar a padronização e quando elas se mostrassem insuficientes realizaria licitação pública em vez de dar exclusividade a uma única empresa.

Em outra ocasião, já em janeiro deste ano, Cardoso Alves novamente intercedeu, desta vez em favor da indústria de café solúvel Cocam, "pertencente ao grupo Matarazzo", para que o IBC abrisse uma exceção e lhe concedesse uma cota de exportação de 10 mil sacas de café descafeinado isento da compra, em leilão, de um documento chamado Direito de Declaração de Venda, obrigatório nas exportações de café e fonte de recursos para o Fincafé. Essa isenção resultaria numa perda de arrecadação de mais de US\$ 400 mil. O presidente do IBC enviou comunicação por escrito a Cardoso Alves, avisando simplesmente que não concordava com o pleito.

#### Brasileiro paga cinco vezes mais

No depoimento que prestou à Câmara para explicar as razões que levaram o IBC a

rejeitar o aumento do subsídio pleiteado pelo Ministro, Jório Dauster fez uma comparação surpreendente: o preço de uma lata de 50 gramas de café solúvel custa para o consumidor brasileiro US\$ 1,00, enquanto era de US\$ 0,20, o preço embutido na venda para a URSS, ou seja, o brasileiro paga pelo produto nacional cinco vezes mais do que pagaria o soviético.

Além disso, o aumento do subsídio não teria nenhum efeito sobre o preço final da venda. "Seria simplesmente repassado para o fabricante" - afirmou Dauster.

O presidente do IBC esclareceu também que o apoio - citado pelo ministro Cardoso Alves - do Governo do Paraná ao aumento do subsídio, foi retirado no dia seguinte à divulgação da notícia pelos jornais, através de uma correspondência do governador Álvaro Dias, dirigida ao IBC, pedindo "considerar sem efeito nosso pleito anterior".

Ao historiar os fatos que se sucederam na tramitação de correspondências sobre a operação de solúvel, Jório Dauster contou ter recebido um telefonema do secretário particular do Ministro, Roberto Lago, no dia 5 de janeiro, indagando se ele poderia alterar ofício de 3 de janeiro, onde o IBC argumentou longamente as razões da inconveniência do subsídio. Dauster negou o pedido, novamente reiterado pelo Ministro em entrevista à imprensa no dia 27 de fevereiro. "Não posso dizer que houve pressão ministro, mas uma enorme predisposição para aprovar a operação" - comentou Dauster.

O diretor da Associação Brasileira da Indústria do Café Solúvel (ABICS), Mauro Moitinho Malta, também prestou depoimento na comissão da Câmara. Defendeu o aumento do subsídio e afirmou que os últimos registros de exportação de solúvel para a União Soviética, sem o subsídio aumentado, referem-se a vendas fechadas ano passado. Ele respondia à observação de Jório Dauster, de que tanto o subsídio era desnecessário que as indústrias realizaram vendas de 160 mil sacas sem ele. Nos últimos dez anos, de acordo com números apresentados por Dauster, o Governo brasileiro pagou US\$ 200 milhões em subsídios à indústria do solúvel, constituída por apenas nove empresas.